

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CURSO DE GRADUAÇÃO HISTÓRIA BACHARELADO

MATHEUS FERREIRA DE AMORIM

**SOBRE O RACISMO: DIÁLOGO EM DUAS VOZES A PARTIR DE MICHEL
FOUCAULT E ACHILLE MBEMBE.**

Maceió/AL.

2022

MATHEUS FERREIRA DE AMORIM

SOBRE O RACISMO: DIÁLOGO EM DUAS VOZES A PARTIR DE MICHEL
FOUCAULT E ACHILLE MBEMBE.

Trabalho apresentado a Universidade Federal de Alagoas – UFAL,
Campus A.C. Simões, como requisito para obtenção do título de
graduado.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Luiz Marques.

MACEIÓ/AL

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

A524s Amorim, Matheus Ferreira de.
Sobre o racismo: diálogo em duas vozes a partir de Michel Foucault e
Achille Mbembe / Matheus Ferreira de Amorim. – 2022.
62 f.

Orientador: Danilo Luiz Marques.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História:
Bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências
Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 61-62.

1. Mbembe, Achille. 2. Foucault, Michel, 1926-1984. 3. Racismo. 4.
Anticolonialismo. I. Título.

CDU: 323.14

“... é só se afastando de um lugar que melhor se pode nomeá-lo e habitá-lo”. (MBEMBE, Achille).

“O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. (BENJAMIN, Walter).

RESUMO:

A presente pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso em História bacharelado tem como propósito a investigação das contribuições de Achille Mbembe e Michel Foucault para o debate sobre a questão racial a partir das obras: *Políticas da Inimizade* (2020), *Crítica da Razão Negra* (2019), *Em defesa da sociedade* (2018) e *História da sexualidade vol. I: A vontade de saber* (2019). Desenvolvemos nossa discussão a partir da investigação do pensamento foucaultiano e suas discussões sobre o racismo através dos seus estudos sobre as tecnologias de poder que surgem com as democracias burguesas, contrapomos esse autor a Mbembe que nos traz como central ao debate sobre a discriminação racial elementos esquecidos nas reflexões de Foucault como a tradição do anticolonialismo e a experiência negra para pensar o lugar que a discriminação racial ocupa em nossa contemporaneidade. Destacamos em ambos os autores suas contribuições de método e historiográfica para pensar o lugar que o racismo ocupa historicamente em nossa Modernidade.

Palavras-chaves: anticolonialismo; pós-colonial; Foucault; Mbembe; biopolítica; experiência negra; Modernidade burguesa.

ABSTRACT:

The presente research, developed as a final work for the bachelor's degree in History, aims to investigate the contributions of Achille Mbembe and Michel Foucault to the debate on the racial issue based on the works: *Políticas da Inimizade* (2020), *Crítica da Razão Negra* (2019), *Em defesa da sociedade* (2018) e *História da sexualidade vol. I: A vontade de saber* (2019). We developed our discussion from the investigation of Foucauldian thought and his discussions about racism through his studies on the Technologies of power that arise with Bourgeois democracies, we oppose this author to Mbembe who brings us forgotten element as central to the debate on racial discrimination on Foucault's reflections on the tradition of anti-colonialism and the black experience to think about the place that racial discrimination occupies in our contemporaneity. We highlight in both authors their contributions of method and historiography to think about the place that racismo historically occupies in our Mordernety.

Keywords: anticolonialism; postcolonial; Foucault; Mbembe; biopolitics; black experience; bourgeois Modernity.

SUMÁRIO

1. Introdução.	8
2. Foucault para além da Europa.	13
3. Sobre o processo de descolonização e os movimentos de luta por emancipação.	21
3.1. Colonização em África.	21
3.2. Lutas anticoloniais.	23
3.3. Alvorecer das independências.	27
3.4. Crítica ao colonialismo.	31
4. Sobre o racismo: diálogos em duas vozes a partir de Michel Foucault e Achille Mbembe.	36
4.1. Biopolítica e o racismo como dispositivo de poder.	36
4.1.1. Sobre a Biopolítica.	37
4.1.2. Sobre o racismo.	41
4.2. A Modernidade a contrapelo.	47
4.2.1. Razão negra, democracia e violência.	50
5. Considerações finais.	58
6. Referências bibliográficas.	61

1. Introdução.

Esse estudo que realizamos sobre Michel Foucault e Achille Mbembe é um esforço e tentativa de por meio da reflexão acadêmica produzir uma perspectiva crítica sobre o lugar que o racismo ocupa em nossas democracias. Poderíamos dizer também que ele faz parte de um movimento recente onde observamos um crescente interesse da sociedade brasileira sobre a questão racial, por óbvio, não afirmamos aqui que o debate em nossa sociedade sobre essa temática tenha se iniciado nos últimos anos, com uma breve pesquisa o caro leitor pode ter acesso a figuras que compõe essas discussões desde o século passado em nosso território, no entanto seria possível aqui identificar o estímulo ao debate sobre o racismo como fruto das transformações recentes decorrentes da lei. 10639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História da África no currículo escolar, algo que, como aponta Mírian Garrido, foi responsável por criar publicações especializadas área¹. Identificamos também que nos últimos anos com a importância que as redes sociais adquiriram nas disputas políticas Brasil a fora é possível notar que a ocupação desses espaços, seja por militantes e/ou divulgadores científicos, proporcionou que os debates em torno da questão racial se “popularizassem” e atingissem públicos bastante diversos pertencentes a diferentes regiões do nosso país e a diferentes classes sociais. O papel das redes no cenário político de nossas democracias nos requisita um balanço a ser feito, sendo bastante notável os aspectos negativos que elas vêm trazendo aos regimes democráticos liberais.

Há que se afirmar também que como qualquer espaço em disputa vozes dissonantes também se fazem presente, observando a partir dessa segunda década dos anos 2000 podemos ver que seus ruídos conseguem se fazer majoritárias em certos espaços, virtuais ou não. De qualquer forma o uso das redes também nos propiciou o contato com essas vozes que se esforçaram por construir narrativas contra-hegemônicas ao chamar atenção para a necessidade de olhar a luta classes em nosso presente e passado, de se olhar para as desigualdades pautadas na raça e ao fato de que essas não se encerram na desigualdade econômica entre os sujeitos, bem como chamaram atenção para a grande concentração de terra, renda e riqueza que acompanha a formação de nossa sociedade e suas consequências para balança de poder que se apresenta no

¹ GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. *A emergência das discussões de Achille Mbembe no Brasil*. Faces da História, Assis/SP, v.7, n.º, p. 498-500, jan/jul, 2020.

espaço público, entre tantas mais discussões. Não há como deixarmos de relacionar o fato de estarmos colocando a questão do racismo como centro de uma discussão acadêmica e ao momento em que essa questão – apesar da correlação de forças quando essa pesquisa toma seu fim estar a favor daqueles que tornam a violência racial algo indissociável de seu projeto de nação - torna-se cada vez mais central a sociedade brasileira, poderíamos dizer que seus desenvolvimentos adquiriram (talvez) um ponto de não retorno, um “estado da questão” fruto de lutas históricas traçadas em nosso território.

A obra de Achille Mbembe aparece em nosso trabalho como um recurso à teoria crítica² para falar sobre racismo e que nos permite questionar certas perspectivas eurocêntricas para debater sobre o tema. A obra desse autor nos traz perspectivas importantes para pensar nossas democracias ao chamar atenção para suas violências constitutivas que operam como um “não-dito” dentro dessa forma política, algo silenciado e recalcado. Seus escritos ganham atenção a partir do “boom” recente de publicações que nos trazem autores de viés crítico e que produzem seus apontamentos a partir da periferia do sistema capitalista, levando em conta sua realidade para dizer esse sistema³. Nos últimos dois anos vemos que as reflexões de Mbembe passaram a tomar rumos para além daquilo que sua obra nos traz, em especial o termo necropolítica que ganhou atenção até mesmo de jornalistas pertencentes a veículos que mídias corporativos⁴ – ou seja, bastante distante com qualquer perspectiva que se associe a produção de uma olhar ligado a teoria crítica -, bem como artistas⁵ e militantes esquerdistas⁶, seja essa atenção fruto

² Esse uso da obra de Mbembe ganhou destaque ao ser tema de um dossiê da revista *Cult*, disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-leitura-de-achille-mbembe-no-brasil/>.

³ Para citar apenas algumas delas: ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6; FAUSTINO, Deivison Mendes. *Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro*. 1. Ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018; DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*. 1. Ed. Editoria Veneta, 2022 (última publicação anterior sendo datada de 2002); FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 1. Ed. Editoria Zahar, 2022 (última edição 2002); FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. 1. Ed. Editora Ubu, 2020 (publicação anterior 2008); MANOEL, Jones. *Raça, classe e revolução*. 1.ed. Editoria Autonomia literária, 2020; MANOEL, Jones. *Revolução africana – uma antologia do pensamento marxista*. Editora Autonomia literária, 2019; SOUZA, Jesse. *Como o racismo criou o Brasil*. 1. Ed. Editora Estação Brasil, 2021 (esse último diferente daqueles outros mencionados em suas vertentes políticas, mas não nos deixa de chamar atenção sua publicação por simbolizar a importância que a questão racial ganha e as diferentes leituras que vem produzindo).

⁴ Crítica do jornalista liberal e apresentador diário na rede bandeirantes realizada ao então presidente em exercício que se utiliza do termo de Mbembe para descrever as ações do chefe do Executivo: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2022/07/11/gramatica-da-canalhice-sobre-o-corpo-de-um-homem-assassinado-por-ser-do-pt.htm>.

⁵ O termo necropolítica serviu a: Ratos de Porão álbum necropolítica (2022) disponível em <https://open.spotify.com/album/6zDGIt0fJinL9KBMDUbyvU>; canção composta pela rapper Bia Ferreira, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LvXrrpjUDd8>; canção de Vndroid & Yannick Hara, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1Zis7ZrtUxE>.

⁶ Crítica à Mbembe de um proeminente youtuber marxista que atua na divulgação científica através das redes sociais: <https://www.youtube.com/watch?v=ukCQLNXFhQ0>; debate relacionado ao autor a partir de uma canal

da grande repercussão que o termo obteve ou por sua capacidade sintética de chamar atenção para a condições dos grupos racializados em nosso território, marcados pela dispensabilidade, por estarem sujeitos a indiferença e às ações do Estado que visam nada medos que sua morte. Além disso, as próprias ações do Executivo brasileiro durante os anos de 2020-21 na condução da pandemia de COVID-19 sedimentaram um espaço para que o uso desse termo expressasse um diagnóstico corrente com relação as ações do governo que despropositadamente e de maneira deliberada contribuiu como catalisador da crise sanitária em nosso país ao adotar tratamentos pseudocientíficos, a recusa as medidas de isolamento e a propagação de desinformações sobre a gravidade da situação em que vivíamos. O saldo total de mortos desse período ainda é algo impressionante, bem como as escolhas do então governo que por diversas vezes foram definidas pelo termo criado por Mbembe: uma necropolítica.

Esses são alguns elementos que nos permitem historicizar esse trabalho e compreendê-lo como fruto de uma conjuntura da sociedade brasileira ao qual o autor não deixa de ser afetado. Por fim, ressaltamos ao leitor que esse trabalho foi produzido a partir de uma reformulação de uma primeira proposta de trabalho para conclusão de curso que possuía uma outra estrutura, embora conservasse elementos que apresentamos nesse texto final, poderíamos dizer que eles foram rearranjados para uma nova problemática. Em nossa primeira proposta, Foucault tinha centralidade ao desenvolvimento da pesquisa, pois efetuávamos uma crítica a esse autor com base em outros pensadores que não estão presentes nesse trabalho sobre sua noção de racismo de Estado, buscávamos apontar seu eurocentrismo e responder o porquê ele aparecia seu obra. Por limitações encontradas no desenvolvimento dessa proposta, bem como pela reavaliação das premissas que estávamos partindo, decidimos mudar nossa problemática central. Mbembe apareceria como um aporte para a crítica à Foucault e não como objeto de análise como nos apresentamos no momento. Aos leitores mais atentos, notarão que há uma distribuição desigual de atenção aos autores selecionados, deve-se compreender esse fato como consequência da reformulação necessária e pela forma recente que as discussões sobre Mbembe circularam no Brasil (a própria produção do autor é recente) não havendo tanto tempo, portanto, para maturar essas discussões tal qual aquela realizadas sobre Foucault que ao contrário de Mbembe possui uma vasta lista de comentadores sobre diversos aspectos de sua obra.

Nesse texto final buscamos estudar as contribuições desses dois filósofos da contemporaneidade para se pensar o racismo, esse fenômeno que se articula com estruturas de

dedicado a teoria crítica: https://www.youtube.com/watch?v=sX_AqPt_3Ns&t=170s; discussão realizada com professores vindos da UFRJ e UFF: <https://www.youtube.com/watch?v=m8zCpaI8TMk>.

poder de uma determinada sociedade e que parece conter uma maleabilidade suficiente para sobreviver a essas estruturas, permanecer nos imaginários ou até mesmo atuar de forma autônoma. São objetos de nosso trabalho, o pensamento de Achille Mbembe – expresso a partir das publicações *Políticas da Inimizade* (2020) e *Crítica da Razão Negra* (2019) - e Michel Foucault – visto através das obras *Em defesa da sociedade* (2018) e *História da sexualidade vol. I: A vontade de saber* (2019).

Foucault e Mbembe são autores de viés crítico que imergem no tema do racismo por caminhos diferentes que os levam rumo a alguns esbarros ao identificar o racismo como parte indelével na construção dos Estados nacionais modernos, mas os levam também a desencontros que são resultados das escolhas desses autores sobre como trilhar os caminhos dessa discussão, dos aparatos da crítica que resolvem levar consigo para conseguir exumar o passado e desvendar o presente; do que estabelecem pertinência e quais urgências, questões e embates se veem envolvidos. Foucault e Mbembe são intelectuais acadêmicos com um certo grau de engajamento político, cujas distâncias temporais entre ambos são interessantes de serem ressaltadas⁷, o tempo lhes relega experiências e acúmulos diferentes, ao mesmo tempo que os situam diante de conjunturas e contextos em que os problemas enfrentados se deslocam, renovam ou transmutam. A distância aqui é também geográfica que, assim como o tempo, colocam esses autores diante de questões que remetem as suas respectivas sociedades. Indo mais além, não poderíamos deixar de mencionar de que essa distância se apresenta não apenas como signo da diferença, pois também se apresenta como deslocamento ou viagem que é realizada por uma certa tradição de pensamento por vias diversas, sendo recebida muitas vezes como uma presença não requisitada a qual se recusa, abraça-se ou apropria-se de forma criativa. Esse diálogo por parte de um dos lados é incerto para nós, indubitável quando falamos de Mbembe, intelectual terceiro-mundista cuja marca do pensar é indissociável do problema do colonialismo, da tradição vilipendiada e a ser restaurada. Distanciamentos e diferenças marcam o pôr em jogo desses dois intelectuais aqui discutidos, bem como essas linhas imaginárias que os unificam: a “filiação” a uma determinada tradição de pensamento que é recebida e por vezes desmembrada; a escolha pelo engajamento nas lutas de seu tempo que visavam a emancipação de grupos subalternos; e sua perspectiva crítica que nos auxiliam a construir alternativas radicais a sociedade em que vivemos e que nos municiam para compreender as relações de força, os pontos de tensão que nos cercam.

⁷ Enquanto Foucault é conhecido pelas suas produções dos anos 1970 e vem a falecer em 1984, nosso filósofo camaronês tem suas publicações mais conhecidas nos anos 2000 e ainda está em contínua atividade.

Insistimos nos contextos que acompanham cada autor, pois é ele que dá sentido à forma como cada um deles debate sobre racismo e fundamenta a importância dos estudos sobre essa temática, bem como os estudos sobre o contexto colonial. Por esses motivos, selecionamos dois capítulos desse trabalho (capítulos 2 e 3) para tratarmos do contexto em que emergem as discussões sobre racismo estabelecidas a partir desses autores tendo como marco os anos 1960 com as independências em África e os movimentos estudantis e de luta pelos direitos civis que marcaram a época. Os movimentos de insurgência dos dois lados do atlântico marcam o começo da escrita das obras de Foucault bem como suas temáticas de pesquisa como a sexualidade, a prisão e as formas de governos, em sua leitura os movimentos que marcam essa época eram sintoma do mal-estar com relação ao poder e propunham novas formas de governos das condutas dos homens. Sobre esses movimentos damos destaque especial à revolta estudantil na Tunísia, em que o próprio Foucault presenciou enquanto lecionava no país, dada a importância que essa experiência desempenhou na trajetória do autor, dedicamos um pequeno trecho (capítulo 2) a tratar desse evento biográfico a fim de ressaltar o conhecimento do autor sobre a realidade dos “povos terceiro mundistas” e suas conexões com os movimentos anti-imperialistas. Foi em sua estadia na Tunísia que Foucault sentiu o impacto revolucionário dos anos 1968.

É interessante notarmos que o início dessa década marca o estopim das revoluções em África contra o imperialismo e o colonialismo, culminação dos movimentos anticoloniais já em atividade desde o início do século. Será interessante uma breve passagem por esse período que marca as lutas por emancipação em África (capítulo 3), pois apesar de não ser objeto de estudo de Foucault é um contexto de repercussão mundial e que afeta diretamente os países colonialistas europeus, a França, por exemplo, passa por momentos traumáticos com a independência da Argélia, vivenciando o próprio conflito nas cidades da metrópole com os movimentos organizados e intelectuais que tomavam lado na contenda, assim como os atentados perpetrados pelos grupos colonialistas como militares que se recusavam a deixar a ocupação do país. Esse contexto tem especial peso em Mbembe, pois é a partir da tradição de pensamento que remota as lutas anticoloniais que esse autor pode estabelecer suas discussões sobre racismo e será também a partir dos desafios do pós-independência nos países africanos que esse autor irá produzir suas reflexões sobre negritude, pensamento negro e identidade.

O contexto das independências faz-se conhecer mundialmente, bem como a realidade da luta dos povos terceiro mundistas. Destacamos ainda esse contexto, pois seu conhecimento nos é útil para olhar não apenas as obras de Mbembe, mas de Foucault e sua pequena produção

sobre racismo. É bem conhecida que a luta por emancipação colonial estava diretamente atrelada a luta contra a discriminação racial, no entanto os eventos que marcam a fundação da modernidade como os regimes coloniais pouco aparecem nos apanhados históricos de Foucault quando o autor discorre sobre racismo, ou melhor, poderíamos dizer que esses eventos são contemplados pelo autor, no entanto de uma maneira um tanto ambígua (capítulo 4 e 5).

Abordaremos essa ambiguidade ao tratar das obras selecionadas para análise de cada autor (capítulo 4) onde veremos de forma mais detalhada como esses autores discutem sobre racismo. Abordamos, primeiramente, Foucault e alguns de seus aportes teóricos, como a biopolítica, conceito fundamental para compreender a abordagem foucaultiana sobre o racismo. Em seguida, vemos o deslocamento dessa crítica foucaultiana realizado por Mbembe em sua abordagem do racismo, esse autor tem grande influência dos pensadores franceses como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Lacan, no entanto, suas influências não se esgotam na tradição de pensamento europeia que lhe é relegada, pois carrega consigo o legado dos movimentos anticoloniais que marcaram os países de capitalismo periférico situados na América Latina, Ásia e África. Pensadores como Franz Fanon e Aimé Césaire são fundamentais para as análises de Mbembe sobre as temáticas do racismo, África, negritude e Modernidade. Esse filósofo camaronês dá continuidade a uma tradição de pensamento crítico que podemos localizar anterior a ele próprio e a Foucault, no entanto ele a atualiza a novos cenários, uma África pós-colonial e um mundo sob a égide do neoliberalismo que impõe cotidianamente a precarização da vida e submete os povos até mesmo dos países desenvolvidos ao que o autor nomeou em uma de suas obras de *devir negro no mundo*.

2. Foucault para além da Europa.

Em um artigo intitulado *Reconsiderando a teoria itinerante*⁸ Edward Said, ao tratar da dialética lukacsiana entre sujeito e objeto em Theodor Adorno e Franz Fanon, nos mostra como a teoria presente em determinado pensamento ganha novos contornos ao viajar das circunstâncias históricas iniciais, que dão contexto a sua formulação, até novas espacialidades que lhe oferecem outras dinâmicas, seja a da domesticação de seus potenciais transformadores, seja a de um gesto herético e criativo, ao encenar de uma outra maneira as tensões que permeiam essa teoria em sua origem e ao colocá-la a prova a partir de novos ritos, novos

⁸ SANCHEZ, Manuela Ribeiro, 2005, pág. 25.

problemas, novas promessas de libertação, fazendo com que uma mesma teoria esteja desde sempre em uma posição de deslocamento em relação *a si mesma*. O pensamento de Foucault é um bom exemplo de como a teoria viaja e toma novos contornos, de como conflitos originários são recolocadas a partir de outras perspectivas tornando possível o questionamento daquilo que foi seu berço de nascimento, as circunstâncias históricas de sua produção, gerando uma necessidade e um sentimento de falta que não seria possível sem o gesto daquele que colocou em movimento os instrumentos para que pudéssemos questioná-lo⁹. A maneira como os insights de Foucault foram reutilizados constituem um arcabouço rico e heterogêneo, podemos encontrá-las em autores vindos da América Latina, África e Ásia¹⁰ que marcam menos a filiação a uma determinada “escola” de pensamento do que uma *afiliação* – usando aqui ainda o termo de Edward Said –, uma espécie de apropriação criativa, onde coloca-se o núcleo de um pensamento para funcionar através de outras questões, outras referências, sem a preocupação dogmática de distanciar-se do autor ou até mesmo contradizê-lo, retendo dele apenas aquilo que interessa ao sujeito de que se apropria desse pensamento. O próprio Said é exemplo de um dos destinos da circulação das ideias de Foucault, esse autor palestino constrói sua discussão em seu livro *Orientalismo* apropriando-se de algumas reflexões metodológicas de Foucault para analisar um arcabouço de representações criadas pelas sociedades ocidentais sobre os povos do oriente próximo.

Ainda em vida, Foucault não reteve seu pensamento, assim como seu campo de batalha, à província europeia. Sua atuação política como (des)educador dos saberes institucionalizados sobre o cárcere, a punição, a medicalização e o internamento, como também enquanto um militante pelo direito dos governados, dos presos políticos e homossexuais, conheceu diferentes localidades como, por exemplo, a América em países como EUA e Brasil, onde chegou a participar certas vezes na vida política do país junto a estudantes; os países do leste europeu e suas repúblicas soviéticas, na qual interveio em nome dos presos políticos; países periféricos do capitalismo tal como a Tunísia, onde teve grande envolvimento com a luta dos estudantes durante os três anos em que lá lecionou, oferecendo até mesmo abrigo em seu apartamento aqueles que fugiam da repressão do governo; bem como o Japão, onde discutiu ideias com intelectuais locais sobre o estatuto do marxismo no pensamento crítico. Embora Foucault tenha pouco ou nada dedicado em suas publicações para a análise concreta dessas realidades que ele tão bem conhecia, não simplesmente por notícias chegadas aos seus ouvidos

⁹ REVEL (2013).

¹⁰ LEGG (2013).

através de jornais, mas por meio de suas viagens, devemos reconhecer que essas experiências tiveram peso em sua formação enquanto pensador, pois essas regiões compunham o cenário de suas participações na vida intelectual de seu tempo.

No final da década de 1970, onde é envolvido numa polêmica junto a alguns marxistas italianos, Foucault estabelece um canal de debates para esclarecer algumas desavenças. Em uma entrevista de 1978 publicada em 1980 na revista *Il Contributo*¹¹ junto ao intelectual D. Trombadori, Foucault nos dá o panorama intelectual de sua época com o qual se confrontava e da importância que tiveram experiências como sua estadia enquanto professor na Tunísia para a sua carreira intelectual. Notamos que, em seu percurso enquanto pensador ele defrontava-se com algumas correntes intelectuais dominantes na França de seu tempo, bem como as formas de organização política, especialmente o PC francês após romper com seu quadro de militantes em 1951. Foucault defrontava-se ao mesmo tempo com o pensamento liberal com a fenomenologia, o existencialismo, o marxismo e a psicanálise. Todas essas correntes de pensamento ocupam um pequeno lugar em suas obras onde são alvos de crítica ou ganham novos contornos, vínculos de filiação com os quais o autor busca se afastar. A mais notável dessas correntes que recorrentemente reaparece em seus escritos, seja por espontaneidade ou por força daqueles que exigem do filósofo uma posição, é o marxismo. Vemos em diferentes obras Foucault estabelecer um jogo de filiação estratégica com essa corrente teórica que o autor procura se desembaraçar, mas que permanece notavelmente presente em seu pensamento - presença essa que não o torna um marxista, pois está ali mais como um dado, uma influência digerida ao bel prazer que o autor não se cansa de criticar. Vemos essa vertente de pensamento aparecer em suas discussões não simplesmente pelo seu valor intelectual, mas pela sua força política no campo das esquerdas durante a segunda metade do séc. XX e pelo fato de ser uma filosofia que engendra políticas de Estado, que organiza a atividade política em toda a Europa. A esse fato, Foucault também não se cansara de criticar o PC francês pelos seus efeitos centralizadores, pela ingerência que possuía na vida particular de algumas figuras militantes, pela própria dinâmica do Partido em sua forma de organização, por sua estrutura mesma de alicerce do Estado e envolvimento imediato nas disputas institucionais, que acabava por promover certos silenciamentos sobre outras bases políticas ao qual não considerasse relevante. Foi em nome dos saberes subalternizados dos encarcerados, dos doentes e homossexuais que Foucault denunciava essa operação de silenciamento.

¹¹ MOTTA, Manoel Barros da, 2013, pág. 289.

Nesse contexto de disputas em que Foucault vê-se envolvido e que marcam o seu percurso intelectual é interessante como o autor posiciona a experiência da revolução cultural de 1968¹² que marcou sua geração e a cultura europeia, recolocando em outros termos questões sobre engajamento, relação com a política, das possibilidades e dos limites da ação cultural. Como o próprio autor afirma em uma entrevista no ano de 1978: “não foi maio de 1968 na França, mas março de 1968, em um país de Terceiro Mundo”¹³. Para o autor sua estadia enquanto professor na Tunísia durante três anos teve um papel fundamental em sua atuação política, onde foi forçado a tomar partido, a intervir junto aos estudantes. A década de 1960 aparece como uma culminação das discussões e movimentos do pós-segunda guerra no campo das relações de gênero e sexualidade. Esses movimentos reivindicavam direitos diversos que questionavam os papéis de gênero, tanto no âmbito da família, quanto nas relações trabalhistas, buscava-se em nome dos direitos das mulheres seguridade contra estupros, direito ao divórcio, a paridade de salário quanto os homens, direito ao uso de contraceptivos e ao aborto, por exemplo. Assim como as feministas, os homossexuais organizados lutavam por seus direitos e reconhecimento dentro de uma sociedade em que a homossexualidade até os anos 1940 não era digna de menção nos lugares “respeitáveis”¹⁴. Os movimentos que costumamos referir à revolução cultural de 1968 vão ser muito importantes para Foucault na formação nos temas de pesquisa, assim como vão ser responsáveis por criar um interesse pelas suas obras que faziam emergir o saber dos sujeitos marginalizados e institucionalizados em manicômios e prisões, saber esse utilizado na própria luta antimanicomial e anticarcere – ao qual o autor era envolvido, reivindicando o “direito dos governados”. A questão que ele identificava nesses movimentos de jovens estudantes na Europa, aquilo que acontecia na Tunísia e que teve a oportunidade de presenciar faziam parte de uma mesma atmosfera de recusa, de contestação das formas, do exercício mesmo do poder, e por esse termo Foucault não identifica apenas a coerção estatal, mas o constrangimento que vem a partir de outras instituições, outros vínculos

¹² Nossas referências sobre esse evento são os artigos: CARDOSO, Lucileide Costa. *Ecos de 1968: 40 anos depois*. v. 1 n. 2 (2008): Dossiê 1968. 2019; MARCELINO, Douglas Attila. *Tempo do evento, poética da história: maio de 1968 segundo Michel de Certeau e Cornelius Castoriadis*. *Hist. Historiogr.* v. 12, n. 30, maio-ago, ano 2019, p. 139-169 - DOI 10.15848/hh.v12i30.1462. 2019; ALMADA, Pablo Emanuel Romero. *Repensando as interpretações e memórias de 1968*. doi: 10.11606/0103-2070.ts.2021.168872, 2021; ARCARY, Valerio. *Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo*. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v30i2.3205. 2008; FILHO, João Ernani F. *Inglaterra, maio de 1968: O manifesto da Velha Guarda da Nova Esquerda*. ANPUH-BRASIL – 30º simpósio nacional de história – Recife, 2019; SIRINELLI, Jean-François. *Este século tinha sessenta anos: a França dos sixties revisitadas*. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 13-33. 2004; MIGUEL, Marlon. *O maio de 68: sentidos e recuperações*. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, N.2, 2018, p. 928-951. 2018.

¹³ FOUCAULT. 2013, pág. 330.

¹⁴ STONE, Dan. 2012, pág. 05.

que não aqueles vindos do Estado. Os movimentos de contestação da década de 1960 eram fruto de um mal-estar com relação ao poder que não mais suportava-se, uma crise das formas de governo como identificara 1979, que não se encerra com o fim da década. Trata-se da recusa de formas de governo que regem a vida cotidiana dos sujeitos.

O impacto que a década de 1960 exerceu sobre a cultura europeia foi vivido por Foucault em outra localidade. Em 1966, Foucault inicia um período de cátedra na Tunísia que durara três anos, ocupando o cargo de professor de filosofia na Universidade de Túnis, a partir de um vínculo estabelecido entre esse país e do governo francês. Além de suas atividades acadêmicas, Foucault costumava a frequentar o Club Tahar um centro cultural pertencente a feminista tunisiana Jellila Hafisa onde adiantou algumas ideias do que seria seu livro *A arqueologia do saber*. Alguns meses após o início de sua cátedra, o autor vê-se envolvido numa série de protestos que ocorrem no país, em 5 de junho de 1967 eles são organizados por estudantes, aderindo ao movimento de manifestações em outros países africanos e asiáticos contra o estado colonial de Israel, reunindo-se frente à embaixada estadunidense e inglesa, denunciando seu compromisso com o imperialismo e o sionismo. Durante esse mesmo protesto um grupo se direcionou ao Quartier de Lafayette, um bairro de judeus, onde foram queimadas sinagogas e assaltadas lojas locais. A partir desse evento desencadeava-se uma onda de repressão pelo Estado tunisiano com o uso de torturas, prisões e tribunais militares. É nesse contexto que Foucault fornecerá abrigo a alguns estudantes tunisianos, fornecendo até mesmo uma impressora para que imprimissem seus cartazes de apoio a causa Palestina e aos outros manifestantes presos. Como bem aponta Kathryn Medien a insurgência ocorrida em Túnis no mês de junho foi um movimento de cunho internacionalista e anti-imperialista, agregando demandas globais contra a violência colonial e o autoritarismo de Estado¹⁵.

No ano seguinte, em 15 de março, os protestos continuam em oposição à guerra do Vietnã e ao colonialismo israelense, ao mesmo tempo denunciando a cumplicidade do governo tunisiano com o imperialismo e exigindo a libertação dos estudantes aprisionados em junho do ano anterior. Mais uma vez Foucault junta-se aos estudantes em sua luta, dessa vez servindo como ponte ao diálogo com o presidente tunisiano Habib Bourgiba apelando a libertação dos estudantes encarcerados durante as revoltas em Túnis. Esse apelo, no entanto, terá sido em vão¹⁶.

¹⁵ MEDIEN. 2019, pág. 3-4.

¹⁶ Ibidem, pág. 05.

É notável nas entrevistas de Foucault a simpatia pelos jovens tunisianos, sua luta, organização e, especialmente, a forma como se utilizavam do marxismo. A discrepância com o contexto de seu país natal não deixava de lhe chamar atenção, tanto pela forma como tomavam o marxismo na França, mas também pelo que estava em jogo nos protestos dessas duas diferentes regiões. Em sua entrevista com Trombadori em 1978 lembra-se de como as discussões em torno do marxismo na França dos anos 1960 tomavam a forma do debate acadêmico, enquanto na Tunísia o marxismo era tomado com radicalidade, não simplesmente como a melhor forma de analisar a realidade, mas como uma energia moral, um ato existencial¹⁷ posto em prática para sua transformação. O preço pago pelos estudantes franceses não estabelecia comparativo com aquele pago pelos tunisianos – algo que Foucault nota ao retornar em 1968 a França e ao fazer o balanço do que havia sido 1968 em seu país.

É no retorno ao seu país natal que Foucault inicia um período de envolvimento com as lutas do cotidiano, com sua organização junto aos estudantes e com a criação do Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP) em articulação com figuras como Jean-Paul Sartre, Jean-Marie Domenach e Maurice Clavel a fim de denunciar e tornar público a situação dos encarcerados. Para Kathryn Medien há que se reconhecer a influência que a experiência de envolvimento nas disputas políticas na Tunísia - sua luta a favor da libertação dos estudantes presos com as manifestações que culminaram no Quartier de Lafayette - desempenhou na atuação de Foucault enquanto um intelectual militante na luta anticárcere, na denúncia das condições deletérias dos detentos nas prisões, no acolhimento de presos políticos e na criação do GIP. É em sua experiência enquanto professor na Tunísia, presenciando a sensação de intolerância ao poder por parte dos estudantes e a atmosfera de oposição ao neocolonialismo e ao imperialismo que Foucault sente os efeitos dos movimentos de contestação da ordem que marcaram a década de 1960. Esse impacto não pode ser menosprezado em sua influência nas maneiras desse autor pensar sobre o poder e as formas de governo. No entanto, há que ressaltarmos que não conseguimos precisar a especificidade dessa influência nas obras do período subsequente na década de 1970, sua fase genealógica no estudo do poder, para além daquilo que nos concede em sua entrevista com Trombadori em 1978. Ao tratar da relação de Foucault com os eventos e movimentos insurgentes fora da Europa, localizados nos países da periferia do capitalismo, como no caso da Tunísia, nos defrontamos no final dessa investigação com lacunas e espaços que dão margem a especulação, com base em alguns indícios de sua

¹⁷ FOUCAULT. 2013, pág. 330.

trajetória biográfica. Judith Revel (2013) em seu artigo nos traz uma perspectiva que nos parece familiar ao tratar dessas relações na trajetória de Foucault, tal perspectiva é a da ambiguidade que oscila entre dois polos: o silencioso desinteresse por essas temáticas e marcas indeléveis desses eventos que constam em seus escritos. No entanto, por mais que nos possa parecer familiar tal conclusão, concordamos ainda com Revel ao dizer que há nessa conclusão ao mesmo tempo algo de legítimo, mas também de inconsistente¹⁸.

Os problemas enfrentados pela população fora da Europa talvez não façam parte dos objetos de pesquisa do autor, poderíamos colocar como causa o fato das pesquisas desse autor lidarem com arquivos e não com a distanciada especulação filosófica que imponha limites, talvez o fato de ser um intelectual francês com atuação durante o período de guerra fria que imponha problemas a serem pensados que, justamente pela sua localização, se distanciassem daqueles problemas enfrentados em outras territorialidades, talvez as pretensões do próprio autor em refletir sobre sistemas e não sobre um sistema que tome a totalidade como característica imponha ao autor os limites territoriais de sua reflexão, algo reconhecido pelo autor em suas reflexões sobre o cárcere, por exemplo. Apesar da localidade de suas reflexões, elas não se detiveram ao seu local de origem como falamos no início desse capítulo, o que nos mostra a relevância das problemáticas colocadas pelo autor durante sua trajetória intelectual. Discussões como aquelas sobre biopolítica e sobre o neoliberalismo ganharam repercussão entre diferentes autores, pois nos colocam questões fundamentais sobre as relações de poder que se apresentavam não apenas em sua territorialidade europeia, mas que se colocaria como problema transnacional. Sobre o neoliberalismo vemos autores tributários das discussões iniciadas em *Nascimento da biopolítica* desde a Alemanha como Thomas Lemke, até os EUA como Quin Slobodian e Wendy Brown, até a África do Sul com Achille Mbembe, que também retoma as discussões sobre biopolítica tal qual o faz Giorgio Agambem filósofo italiano.

A ambiguidade que notamos no pensamento de Foucault talvez nos diga respeito às lacunas que sua obra nos deixa para pensar, pois embora os problemas de países periféricos não apareçam em suas publicações, sua vida pública enquanto intelectual possui variadas intervenções sobre acontecimentos de seu tempo que não se limitam a Europa, essas intervenções podem ser vistas em publicações póstumas de seus ditos e escritos, a exemplo da edição VI intitulada *Repensar a política* (2013), organizada por Manoel Barros da Motta, edição essa que nos permitiu o acesso a entrevista *Il Contributo* mencionada mais acima. A

¹⁸ REVEL. 2013, pág. 02.

partir dessa publicação temos acesso aos textos de Foucault em época que foi correspondente francês do *Corriere della sera* sobre a revolução iraniana no final dos anos 1970. Foucault presenciou os acontecimentos no Irã pessoalmente em duas ocasiões entre setembro e novembro de 1978 onde pôde ser recebido pelo aiatolá Chariat Madari.¹⁹ Ainda nessa publicação temos acesso a Foucault discutindo a situação da China naquele momento, assim como seu intercâmbio com países asiáticos como o Japão. A trajetória intelectual de Michel Foucault nos mostra um pensador preocupado com questões que julgava fundamentais em seu tempo e que diziam respeito não apenas ao seu entorno, pois concerniam a questões com um certo grau de universalismo, seu papel enquanto pensador não ficava detido aos muros da academia, pois possuía uma vida ativa enquanto militante, como podemos ver.

É interessante notarmos que, apesar do trânsito que esse autor possuía por diferentes realidades, havia acontecimentos de sua época que outros autores concederam mais relevância, talvez pelo fato de se verem diretamente envolvidos, talvez por serem acontecimentos que fizeram significar-se de uma outra forma, com mais relevância. Ainda nos anos 1960, é preciso inserir aqueles acontecimentos que Foucault se envolveu na Tunísia como sintomas dos problemas enfrentados pelos países africanos no pós-independência, que vão desde a sustentação de um estado de recém autonomia, como também como os desafios no tratamento das oposições aos grupos que haviam chegado ao poder. Se os movimentos que marcaram o pós-Segunda Guerra na Europa foram os movimentos que reivindicavam os direitos femininos, dos homossexuais, dos presos em penitenciárias e manicômios, bem como pela mobilização estudantil, do outro lado do Atlântico os movimentos que ganhavam força constituíam um novo bloco emergente no cenário internacional do pós-guerra e que viria a caracterizar o terceiro-mundismo, esses movimentos lutavam pela descolonização e pela emancipação dos países com histórico colonial e que se defrontavam diretamente com o imperialismo das potências europeias.

¹⁹ Foucault. 2013, pág. 211.

3. Sobre o processo de descolonização e os movimentos de luta por emancipação.

3.1. Colonização em África.

O processo de colonização europeia acompanha o desenvolvimento da economia capitalista e sua necessidade de obtenção de mercados consumidores e fornecedores de matéria-prima. Já no século XIX, com o avançado desenvolvimento econômico e técnico europeu ocasionado pela Revolução Industrial, o fenômeno de superpopulação nas cidades europeias e os crescentes apelos nacionalistas compunham o cenário do avanço colonialista sobre territórios africanos. O colonialismo reúne, como condições de possibilidade, fatores econômicos e sociais, ambos são de grande importância para entender os interesses que as potências europeias possuíam em territórios além-mar, fora de sua província. Os fatores de natureza econômica são aqueles mais ressaltados para explicar esse período da história europeia, dentre eles podemos citar a necessidade da procura por novas áreas de investimento dado a queda na lucratividade presente na Europa, resultado de uma contração de mercados e das tendências à estagnação (componentes do cenário econômico dos anos 1876-96); a possibilidade do uso de mão-de-obra barata sujeita a exploração máxima de suas capacidades produtivas por meio da escravização ao qual eram sujeitas nas colônias; a necessidade de escoamento de mercadorias devido ao cenário desfavorável dos mercados europeus e obtenção de matéria-prima para a produção de manufaturados. O caso do colonialismo em África nos mostra que embora as necessidades impostas pela conjuntura econômica do século XIX se mostrem fundamentais para compreender o fenômeno colonial, os fatores de ordem econômica não são os únicos a impulsionar o avanço europeu sobre outros territórios.

Para além das necessidades econômicas encontramos como motivações ao empreendimento colonial as pressões feitas pelo lobby (composto por militares, missionários, homens de negócios) que se aglutinava em torno dos Estados com interesses variados e que buscavam sua precipitação ao empreendimento colonial. Há também aquelas motivações que compõem o jogo geopolítico e das disputas de interesses entre as nações (caso das ocupações e da concorrência engendrada por elas). A efervescência do nacionalismo havia sido também um dos elementos importantes que contribuiu para o avanço do imperialismo. O chauvinismo que o acompanhava identificava a grandeza de uma nação aos ideais de conquista, expansão e dominação de outros territórios. Essa grandeza que um país poderia ser titular associava-se à supremacia expressa por meio da ideia de raça e da civilização que, juntas com o caldo cultural-religioso do cristianismo, relegavam ao país colonialista não apenas um direito, mas um dever

para com os povos “menos” civilizados, algo que autorizou o estabelecimento de relações de tutela a fim de guiar esses povos rumo ao desenvolvimento civilizacional. Nessa visão supremacista os povos vistos como inferiores seriam incapazes de autogovernar-se e, portanto, deveriam ser governados até que desenvolvessem capacidade para autonomia. A crença numa suposta missão civilizadora – tão bem expressa através da ideia de “fardo do homem branco” de Kipling – será um componente importante do avanço colonial europeu e um caldo cultural que não se limitará aos grupos que possuíam interesse econômico nos territórios além-mar, pois nutria também a opinião pública e até mesmo as vertentes de esquerda na época. Casos como o imperialismo português e sua ideologia da regeneração²⁰ nos mostram como aos interesses econômicos soma-se o sentimento nostálgico de dispor de um império colonial fortalecido, sentimento saudoso por uma época em que o país era uma grande potência imperial e que serviu como forma de incentivo a ocupação dos territórios em África.

França e Inglaterra iriam se destacar em seu pioneirismo na corrida imperialista pela África. Um dos primeiros territórios tomados no continente será o Egito por parte da Inglaterra devido a importância que o canal de Suez representava para suas trocas comerciais, para o controle da região norte da África e para sua via de acesso ao Oriente e a Oceania. A ocupação britânica no Egito, motivada pelo lobby dos investidores e pelos grupos de pressão nacionalista, resultará em reações por parte de outros países europeus, tais como a França e Alemanha, desejosos por ocupar espaços no continente, preocupados com os países que estabeleceriam domínio na região e com a possibilidade do fortalecimento de interesses antagônicos. A África se tornará um peão importante no equilíbrio das disputas geopolíticas europeias²¹.

A partilha da África começa a intensificar-se com o acirramento da concorrência europeia e a ocupação afetiva dos territórios africanos, esse processo começa no séc. XIX e só irá terminar com o Tratado de Versalhes em 1919 após a Primeira Guerra Mundial onde a Alemanha perde suas colônias e essas passam a ser tuteladas por outros países europeus²². O início das negociações para deliberar sobre a ocupação no continente datam de 1862, com acordos entre o Reino Unido e França, e se intensificam com a Conferência proposta por Bismarck em 1884 (indo de novembro desse ano a fevereiro de 1885) para resolver questões relacionadas aos tipos de formalidades a serem seguidas nas ocupações dos territórios

²⁰ M'BOKOLO. 2011, pág. 369.

²¹ *ibidem*, pág. 354.

²² ver gráfico em M'BOKOLO, 2011, pág. 358-9.

africanos, como a ocupação da África central e a liberdade de comércio na região, bem como questões fronteiriças e de travessia, como será na região do Congo²³.

Como afirma o autor Elikia M'Bokolo, a Conferência de Berlim tornou-se um evento investido de um significado a posteriori²⁴ sobre a colonização que não possuía quando aconteceu, apesar disso há que se ressaltar que após a Conferência a ocupação colonial na África ganha novos aspectos²⁵, assumindo a forma do conflito, da competição e da negociação, seja entre as potências imperialistas, bem como entre essas e os chefes dos territórios africanos.

3.2.Lutas anticoloniais.

O processo de colonização europeia em África é seguido de contradições que são resultantes das ocupações e das respostas que obtinham pelos componentes das sociedades africanas, entre essas contradições podemos citar o desenvolvimento econômico dependente, voltado à exportação e aos interesses da metrópole, assim como a produção de um ambiente de efervescência para as reivindicações da sociedade civil que se chocavam com os limites erguidos pelos governos coloniais na administração dos territórios ocupados, podemos citar como exemplo dessas reivindicações os apelos pela ampliação ao acesso às esferas de decisão, a revogação das leis discriminatórias e, em sua forma mais avançada, os requerimentos por emancipação territorial com o clamor por independência nacional expresso pelos movimentos organizados, as frentes armadas e as vanguardas intelectuais dispersas por todo o continente africano.

Um intelectual do séc. XIX certa vez disse, ao referir-se a um outro assunto, que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem em circunstâncias que escolheram, mas sob condições relegadas pelo passado, de forma que “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”²⁶. O processo de conquista estrangeira e opressão colonial foi um cenário em que sujeitos reais inseridos nesse contexto tiveram posto em causa sua capacidade de agenciamento, seu estatuto de sujeito. Fazer-se sujeito ou sujeitar-se a esse processo aparece como parte da experiência de diferentes rumos individuais e coletivos, compondo as estratégias para manter-se vivo e para a conservação de algo que se entendia como próprio. Posições múltiplas foram adotadas por aqueles que se defrontaram com o desafio

²³ Ibidem, pág. 360-61.

²⁴ ibidem, pág. 358.

²⁵ ibidem, pág. 363.

²⁶ KARL, Marx. 1982, pág. 417.

que a ocupação estrangeira pela quase totalidade do continente punha ao devir da africanidade²⁷, entre essas está o ato de resistência que não cessa de existir desde o início desse período de transformações expressa nas recusas aos recrutamentos militares forçados para a participação das guerras, os motins realizados pelos soldados recrutados, as greves, mobilizações organizadas pelos partidos políticos e movimentos religiosos, o uso de elementos tradicionais das culturas africanas, etc. Essas formas de resistência estavam em permanente diálogo, por vezes combinavam-se para formar táticas que melhor se adequassem ao contexto dos sujeitos que as colocavam em prática²⁸.

É durante o entre guerras no séc. XX que tanto o movimento anticolonial como o próprio regime colonial passam a tomar força. A política econômica e administrativa desse regime em África suscitou efeitos sociais, políticos e ideológicos contrários a própria colonização. Havia uma insatisfação geral com os governos europeus, seja por parte das elites, que reivindicavam cada vez mais espaço e ganhos na relação que estabeleciam com a metrópole, seja por parte da população que lutou em nome desses governos na Primeira Guerra e que com o fim do conflito tinham suas expectativas de obtenção de promoções sociais e de reconhecimento dos seus esforços durante a guerra frustradas pela indiferença dos governos europeus. Os soldados africanos esperavam a obtenção de alguns direitos políticos como o fim do sistema de Indigenato, aplicação de programas de desenvolvimento econômico, entre outros – direitos que não passaram pela concessão das potências coloniais europeias.

O fim da primeira guerra é sucedido por uma atmosfera de mal-estar que veio a alterar as relações entre o colonizador e o colonizado, algo que não era apenas de ordem material, pois a própria ideia de superioridade levada a cabo pela colonização europeia estava posta em questão. O próprio conflito entre europeus veio a destituir a imagem de superioridade calcada sob o estandarte da civilização que tanto era propagado por seus governos. Lutar lado a lado com europeus e contra estes rompia com os mitos segregacionistas propagados pelos agentes coloniais, fazendo com que os africanos se apercebessem cada vez mais de sua potência.

A essa atmosfera de mal-estar, soma-se o impacto causado pela invasão da Etiópia por parte da Itália de Mussolini. A crise etíope desencadeou-se em 1923 após o país, membro da Sociedade das Nações, ser ocupado. O fato de o país compor a SDN e mesmo assim ser invadido foi visto pelas elites africanas como um sintoma da incapacidade dessa organização

²⁷ ibidem, pág. 524.

²⁸ ibidem, pág. 382.

de cumprir seu dever na manutenção da paz, a invasão também escancarava o desprezo dos europeus pelos povos coloniais, algo que nem a ocupação de instituições de deliberação multilateral poderia apaziguar. A crise da Etiópia foi de grande repercussão já que o país era considerado o bastião da soberania no continente, sendo comentada desde as grandes cidades até as pequenas aldeias. Esse evento soma-se a tantos outros que expunham a onipotência dos colonos brancos em territórios africanos e a garantia de impunidade que regimes colonialistas e racistas possuíam quanto ao tratamento desigual que suas ações de governo submetiam os povos negros²⁹.

À atmosfera de mal-estar respondiam as insurgências direcionadas ao sistema colonial. Essas insurgências mobilizavam elementos diversos, desde instrumentos tomados dos colonizadores, até aqueles mais locais. Movimentos religiosos de oposição ao colonialismo conseguiram explorar as redes de solidariedade tradicionais como uma forma de transmissão da mensagem de luta, seus meios e os motivos, o muiri como expoente dessa comunidade conseguiu agregar diferentes grupos em torno da identificação religiosa e de sua oposição ao colonialismo. A religião nesse contexto aparecia como uma forma de resistência popular, era através de seus signos que se explicava o mal-estar vivido pelas sociedades africanas durante o regime de colonização, oferecendo-lhes uma resposta, o que nem sempre se traduzia em oposição do regime, algumas dessas respostas dadas pelos movimentos religiosos levavam seus seguidores a adaptação a novo cenário. O cristianismo, por exemplo, desempenhou um papel importante na construção de um novo sistema de referências nas sociedades mais segregadas, construindo entre seus adeptos um sentimento de pertença racial e uma mensagem de forte viés político. Os messianismos surgidos com o cisma da Igreja ocidental africana e a construção de Igrejas negras conseguia reunir elementos tanto das culturas tradicionais como daqueles trazidos pela cultura europeizada, conseguindo suplantar a deficiência das igrejas tradicionais em lidar com esse cenário de mal-estar provocado pela colonização.

Entre os movimentos de insurgência que possibilitaram a formação da consciência política dos africanos de forma marcante a partir de redes internacionais de solidariedade que colocavam em cena os dilemas enfrentados em diferentes continentes pela população negra decorrente do racismo e dos deslocamentos forçados ocasionados pelo tráfico atlântico está o garveyismo, designação derivada do nome de Marcus Garvey. Esse movimento destacava que o povo negro só conseguiria paz ao realizar uma imigração reversa, retornando assim ao seu

²⁹ ibidem, pág. 552.

continente de origem, a África, o único território onde poderiam construir um Estado negro e finalmente dispor da soberania e do autogoverno que lhes era negado em outros países onde seus semelhantes estavam dispersos. A África se mostrava como um continente que guardava a promessa de redenção e salvação do povo negro. O garveyismo retinha a ideia de que sendo impossível a convivência com outros de uma raça diferente restaria apenas a clausura em seus territórios de origem, o êxodo do povo negro, nesse sentido, era algo necessário para o pensador que encabeçava o movimento, uma questão de sobrevivência para seus semelhantes. O pensamento de Garvey tendia a cristalizar a diferença racial herdada do pensamento colonial, não sendo capaz de superá-la dada a leitura que enxergavam no mundo a racialização como um processo insuperável, flertando com integrantes de grupos supremacistas brancos nos EUA³⁰.

Outro movimento de cunho internacionalista que desempenhou um papel importante na formação da consciência dos insurgentes e revolucionários africanos está o panafricanismo. O movimento panafricano surgiu nos anos de 1900 e ganhou notoriedade através do autor William Edward Burghardt Dubois. O primeiro congresso desse movimento foi realizado em 1919 na ocasião dos acordos de paz de Paris em decorrência do fim da Primeira Guerra, o movimento interveio reivindicando compensações para os negros recrutados para lutar durante o conflito. O panafricanismo serviu como uma ponte de conexão entre os diferentes territórios da diáspora negra, conectando intelectuais estadunidenses como Dubois a outros pensadores no continente africano que participavam dos movimentos por libertação nacional. Diferentemente de Garvey, Dubois via a superioridade racial como um mito a ser combatido, para ele a desigualdade existente entre os homens e que se expressava através da raça seria fruto da diversidade e da riqueza humana e jamais poderia ser usada como pretexto por algum povo para executar sua dominação sobre outro. O movimento panafricano também é marcado por suas intervenções no domínio cultural onde desempenhou um papel importante na construção de identidades nacionais no período pós-independência.

O comunismo também aparecia como uma ideologia combatente da ordem colonial. A internacional procurou aproximar-se das frentes de libertação nacional em África, não obstante portando problemas quanto sua leitura da realidade social desses países a partir de elaborações teóricas que não conseguiam lidar muito bem com a situação de países predominantemente

³⁰ ibidem, pág. 547-48.

camponeses que mal havia uma classe operária formada e o desenvolvimento de uma consciência política.

Os movimentos de oposição a dominação colonial em África reúnem uma variedade de posições políticas que por vezes colocam em articulação termos antagônicos ao pensamento liberal reunindo o secularismo com o sacro, articulando materialismo e a possibilidade de transformação radical da sociedade com as doutrinas religiosas, enxergando a sociedade vindoura não apenas como aquela que está associada ao desenvolvimento econômico, mas como uma sociedade que permitisse a realização das capacidades espirituais soterradas pela dominação colonial. Um bom exemplo desse expoente de oposição ao colonialismo que reunia características religiosas e materialistas foram os movimentos que articulavam a junção de luta pelo socialismo com a luta em nome do islã, ambos participando ativamente na construção da consciência nacional, instruindo a formação das palavras de ordem utilizadas pelas vanguardas, da mesma forma que participavam da construção dos antagonismos e dos dissensos. Os movimentos de luta anticolonial misturam-se a uma longa trajetória de luta contra invasões estrangeiras, contra a dominação de Estados e suas usurpações, essas lutas também demonstram a capacidade de autoinvenção dos povos africanos que se expressa na linguagem, na cultura, nos vínculos de solidariedade, cuja existência precedem a vigência do regime colonial e se prolongam durante os períodos de pós-independências. Como afirma M'Bokolo, essa capacidade de invenção é um motor essencial das evoluções no continente negro³¹.

3.3. Alvorecer das independências.

As décadas de 1940-60 serão de aceleração das reivindicações, da tomada de consciência política e da união em torno dos movimentos de libertação. Durante esse período há o fortalecimento dos grupos de pressão como os movimentos, sindicatos, partidos, redes internacionais de apoio que não apenas se opunham aos efeitos do colonialismo, mas ao próprio regime de dominação. Esse fortalecimento foi proporcionado pelas transformações ocorridas ao fim da Segunda Guerra Mundial no cenário geopolítico mundial, dentre elas está a emergência de novos blocos de poder que se opunham, cada um a seu modo, às ocupações coloniais; o enfraquecimento dos próprios impérios devido ao esforço de guerra e os custos de sua manutenção em um momento em que a prioridade dos países beligerantes era sua reconstrução; e as transformações no cenário econômico da própria África que propiciaram a

³¹ ibidem, pág. 524.

organização política e o desenvolvimento econômico. Os efeitos da Segunda Guerra nos povos africanos são contraditórios, assemelha-se, em alguns aspectos, as consequências do conflito anterior iniciado em 1914, novamente vemos o conflito mundial acender esperanças de adquirir reconhecimento por parte daqueles que lutavam junto aos europeus, ao mesmo tempo o conflito colocava em causa o sistema colonial e a imagem de superioridade do homem branco ao colocar lado a lado ou, por vezes, em posições opostas africanos e europeus. O antissemitismo virado contra as potências imperiais, a ocupação e o colaboracionismo daqueles que se diziam superiores provocaram uma fratura na supremacia branca que era uma base de legitimação dos regimes de ocupação colonial.

As potências que emergiam no pós-Segunda Guerra, EUA e URSS, foram fundamentais na construção dos movimentos por descolonização em África, mesmo que de forma indireta em sua influência. Ambas as potências mundiais que agora disputavam a hegemonia do globo por diferentes razões políticas, ideológicas e estratégicas se colocavam firmemente contra as ocupações coloniais, seja pelo fato de já terem sido territórios de ocupação seja por identificar semelhanças em sua luta por emancipação e aquela traçada pelos países da periferia do capitalismo. EUA e URSS participaram na difusão de ideias anticolonialistas e suscitaram nos povos colonizados a esperança de apoio a sua empreitada³². Seus posicionamentos afetaram não apenas os países colonizados, mas também as potências colonizadoras que adotavam novas estratégias para manter seus territórios e refrear os movimentos independentistas, em África o símbolo dessa nova estratégia será a Conferência de Brazaville realizada em 1944 como uma tentativa do governo francês de contornar as crises de seu império colonial através de medidas assimilacionistas integrando suas colônias a comunidade francesa e reconhecendo a necessidade de participação das colônias no Parlamento francês, no entanto essas medidas se mostraram pífias e não surtiram o efeito esperado, pois a expansão ao limitado direito de voto das populações colonizadas se dava em paralelo com o contínuo cerceamento do acesso aos espaços de decisão sobre os rumos do país ocupado.

No pós-guerra, como catalisador dos movimentos por emancipação, há o ressurgimento do panafricanismo com forte atuação sobre as Nações Unidas e aos governos envolvidos nos conflitos africanos. O ressurgimento desse movimento trouxe de volta os congressos existentes a época de Dubois, tendo como destaque do pós-Segunda Guerra os congressos de Nova York realizado pelo Conselho de Assuntos Africanos em 1944 que conseguiu reunir representantes

³² ibidem, pág. 567.

de 112 países e ao Congresso de Manchester em 1945. Tais Congressos mostravam a crescente força das organizações que lutavam a favor das independências africanas e de sua feroz crítica ao colonialismo que possibilitava construir lastros de comunidade para além de seus países de origem. O panafricanismo cumpriu um papel importante no reavivamento cultural no pós-independência a partir de Festivais, mas também a partir do fomento a produções científicas e reflexões intelectuais, sobre esse exemplo vemos a realização dos Congresso Internacional dos Africanistas em 1962 e 1967 sediados em Gana e Dakar, respectivamente, com o objetivo de produzir conhecimento sobre as sociedades africanas a partir de um ponto de vista africano³³. O esforço realizado pelo panafricanismo se inseria de forma mais geral na tentativa de produzir um conhecimento sobre os países africanos que rompessem com o olhar colonial e com o eurocentrismo, destacando que a existência da história africana antecede ao fenômeno do colonialismo. O movimento passara por um apagamento com sua institucionalização na Organização da Unidade Africana, mas enquanto ideologia permanece vivo a partir de intelectuais e jovens que lutam pelo projeto de união dos países africanos, assim como a partir das diásporas como um pensamento fundamental na formação intelectual de sujeitos antirracistas e que se dedicam a pensar a negritude historicamente.

Os movimentos por descolonização vão se dar em duas etapas, a primeira entre os anos de 1944-55 no Oriente médio e no Sudoeste asiático, já a segunda será entre os anos de 1955-62 no norte da África e na África Negra³⁴. Com as profundas alterações nas relações entre colônia e metrópole, a exposição da fragilidade dos impérios coloniais europeus, o próprio declínio do princípio da colonização e o desinteresse na manutenção dos impérios dada a prioridade dos problemas domésticos da reconstrução, os movimentos de libertação vão encontrar uma abertura fortuita para levar a cabo seus projetos independentistas. Apesar da conjuntura favorável ao fortalecimento dos movimentos de libertação e de enfraquecimento dos impérios, vemos exemplos das tentativas de seu prolongamento a todo custo nas décadas seguintes ao fim da guerra, nos referimos aqui ao caso francês, especificamente na Argélia, país em que a guerra de independência assumiu feições brutais com recurso aos massacres e as torturas, tornando civis aliados no combate aos dissidentes, com concessões por parte do governo francês aos colonos que permitiam assassinato de rebeldes anticoloniais. A guerra da Argélia mobilizou forças na região, bem como na metrópole com grupos de pressão que se opunham à colonização e até mesmo paramilitares bastante dispostos a lutar pela manutenção da colônia

³³ *ibidem*, pág. 677.

³⁴ VAISSE, 1995, pág. 44.

francesa que, como uma das maneiras de garantir a realização de seu objetivo, realizavam atentados no solo da metrópole. A manutenção do império francês durante o pós-guerra aparecia como uma forma de reconquistar a imagem de grande potência abalada pelos acontecimentos da Segunda Guerra³⁵.

Durante esse período, as nações independentes passam a construir vínculos de solidariedade que se estendiam as nações ainda sob julgo colonial, o Egito de Nasser desempenhará um papel muito importante no apoio as descolonizações na África Negra. Na Ásia o movimento anticolonial colocava em questão as relações assimétricas com os países europeus na Indonésia, na Índia e na Indochina. O Japão avançava sobre outros países em nome da libertação dos povos de cor sob dominação dos brancos. Os EUA haviam concedido independência a região das Filipinas em 1946, a Grã-Bretanha o fazia com relação a Índia e a França a concedia ao Líbano, Síria e Indochina. As lutas na Ásia influenciaram diretamente as lutas independentistas na África Negra.

As solidariedades entre os países que haviam enfrentado a situação de semelhante ocupação europeia forjaram o movimento terceiro mundista. Os países do Terceiro Mundo apareciam agora como mais um bloco de poder que se organizava na disputa de interesses dentro do cenário político de Guerra Fria, esse bloco de países periféricos afirmavam seu desejo de não mais serem joguetes das potências dominantes a época e buscavam estabelecer com elas uma nova relação em que não estivessem subjugados aos seus interesses. O movimento terceiro mundista dinamiza as relações de força durante a guerra fria na medida em que conseguem passar do confronto ideológico para a concorrência bélica e econômica³⁶. Como marco desse movimento internacional protagonizado por atores emergentes temos em 1955 a Conferência de Bandung fruto da iniciativa dos países asiáticos. Realizada na Indonésia, a Conferência de Bandung constrói novos rumos para o movimento anticolonial, conseguindo reunir em torno desse objetivo 24 países que vieram a adotar três posturas: aqueles que procuraram assumir uma postura pró-ocidental, aqueles que prezaram pelo não alinhamento e os de tendência comunista. Bandung se torna um marco da condenação do colonialismo de repercussão internacional e do apelo a coexistência pacífica, objetivo que implicava a defesa ao direito de dispor de sua soberania através do exercício do autogoverno e da autodefesa. Pela primeira vez

³⁵ ibidem, pág. 45.

³⁶ ibidem, pág. 56.

os países subdesenvolvidos reúnem-se sem a presença das potências europeias, dos EUA ou da URSS para decidir sobre seu próprio futuro.

Vemos que o pós-guerra se apresenta como um cenário de efervescência dos movimentos por descolonização com influência das redes de solidariedade internacional como o panafricanismo, o afro-asiatismo e os movimentos nacionalistas. Todos eles são acompanhados de figuras intelectuais engajadas que se esforçaram por dar conteúdo concreto as reivindicações de seus companheiros a partir do enfrentamento de questões fundamentais para a independência, como, por exemplo os rumos que o país deveria seguir, quais bandeiras tornar as suas e, sobretudo, como extirpar os efeitos de décadas de dominação colonial em seu povo. Nesse sentido, podemos notar que é correlato aos movimentos anticoloniais não apenas a crítica as relações econômicas entre metrópole e colônia, pois a essa crítica articulava-se de forma indissociável o enfrentamento dos efeitos mais profundos do colonialismo e o objetivo de fundar uma outra sociedade - como podemos notar a partir das reflexões dos expoentes do movimento em que a luta por soberania econômica não estava apartada da luta contra a dominação que se entranha na subjetividade do colonizado, deixando marcas materiais e culturais que se realizam pela via do apagamento, da negação, através da discriminação e da violência.

3.4. Crítica ao colonialismo.

O movimento anticolonial que acompanha toda a história do séc. XX tinha sua práxis política marcada pela tentativa de transformação radical de mundo, tal transformação não incluía apenas a aquisição da independência nacional e a edificação de países soberanos, mas uma mudança que levasse em conta os reais problemas enfrentados pelos povos colonizados para além da esfera de sujeição econômica. A crítica anticolonial identificava como estrutura de dominação, que possibilitou o colonialismo, a construção da ideia de raça e a própria economia do sistema capitalista. Ir ao fundo dos problemas enfrentados pelos povos colonizados, pensar com radicalidade, ou seja, ir até as raízes do que constituía a situação colonial implicava aos pensadores e militantes vanguardistas uma leitura sobre o processo histórico em que viviam e sobre a própria modernidade capitalista, assim como da forma em que o sujeito colonizado está situado nesse sistema. Pensar esses temas – modernidade, capitalismo e o colonialismo – se fazia de forma indissociável para esses autores de se pensar como a construção de nossas sociedades contemporâneas é acompanhada de um processo mais

geral que é a *racialização* do mundo, podemos entender esse termo como um sistema de pensamento e de poder em que a raça ocupa um lugar estruturante para dizer o mundo, designar atribuições e exercer juízos de valor sobre si ou outros povos. Poderíamos dizer, portanto, que a racialização aparece como uma das estruturas de poder que surgem com a modernidade. Ao dividir o mundo em termos raciais estava implicada também sua classificação com a qual era possível valorar as sociedades existentes, um dos artifícios dessa classificação foram os polos civilização-barbárie e moderno-primitivo que permitiam a leitura das diferentes sociedades e sua inserção numa temporalidade marcada pelo desenvolvimento ou progresso que tem como centro ou ápice as formas políticas e econômicas desenvolvidas pelas sociedades europeias. Essa divisão do mundo em raças outorgava direitos e criava espaços de diferenças, ser uma raça menor perante uma raça superior significava estar inserido numa relação de assimetria em que se justificava, a raça superior, infligir tanto a morte como o sofrimento dos que são subalternizados, a indiferença perante a transformação de sua vida numa vida relegada a penúria e a precariedade, sua inserção num regime de servidão absoluta. Não obstante essa relação se esboçava por vezes pela via do dever.

Ao identificar as raízes do que constitui a situação colonial contra a qual se batiam, coube aos militantes terceiro-mundistas e aqueles em situação de diáspora que se faziam críticos dentro dos próprios países desenvolvidos, elaborar uma crítica ácida ao sistema social e econômico vigente que se utilizava do componente racial como instrumento para se exercer, colocando em cheque as causas do desenvolvimento precário de sua vida, o sofrimento, tanto material como psíquico, o ódio introjetado por si mesmo ao ser marcado pelo signo da raça – questões que não excluía debates como redistribuição de terra, autogoverno etc., mas se faziam complementares e essenciais as primeiras questões. Ao elaborar tal crítica esses pensadores produziam uma potente leitura sobre a contemporaneidade, a modernidade capitalista, as sociedades burguesas e os regimes de dominação que as acompanham, a violência intrínseca ao seu processo de estruturação, a distribuição desigual de mazelas sobre os povos caracterizados como inferiores.

Pensar o movimento anticolonial é pensar em processos de luta (não apenas no sentido de disputa, mas bélico) levado a cabo por indivíduos situados em territórios que estão inseridos na economia internacional como países periféricos e de economia dependente, ou seja, inseridos nas cadeias internacionais de valor como nações subdesenvolvidas, indivíduos esses que se defrontaram com a tarefa concreta de transformação e sustentação de um Estado com a tomada de poder após um período duro de guerra, sendo esse o cenário em que constroem suas

críticas as sociedades liberais, elaboram suas estratégias de sobrevivência e encaram dilemas, contradições que nenhum processo histórico se exime. Além disso, é pensar a articulação entre a oposição a manutenção dos regimes coloniais e uma crítica ao fenômeno do colonialismo.

A política colonial no pós-guerra passou pela crítica de diversos intelectuais, suscitando contendas entre os próprios europeus. Na França, a guerra da Argélia torna-se um evento de repercussão nacional, mobilizando afetos da população, bem como grupos de pressão que lutavam contra o fim ou pela manutenção do estatuto colonial da Argélia. Intelectuais franceses como Jean-Paul Sartre e Albert Camus traçaram algumas polêmicas sobre o apoio aos movimentos de libertação nacional, especificamente sobre a caso argelino. Camus foi um duro crítico do colonialismo, mas também dos métodos de terrorismo utilizados pela FLN argelina e a legitimação dada pelos militantes de esquerda ao uso da violência, nesse sentido esse ensaísta franco-argelino se distanciava das vertentes revolucionárias e aproximava-se das críticas feitas a partir da social-democracia. Sartre defendia e valorizava a luta do povo argelino e defendia os seus métodos de luta contra o colonialismo. A contenda entre os dois autores irá levá-los a romper seus laços de amizade em determinado momento, embora não possuíssem posições diametralmente opostas. Camus defendia que o único combate a ser travado era o que deveria ser realizado em nome da paz e considerava o assassinato um ato limite, absoluto. Já Sartre valorizava a figura do intelectual engajado nas lutas de seu tempo, entendendo as diversas frentes de combate que existiam, tais como a literatura³⁷. Para Albert Camus, um defensor da independência argelina através da associação com o império francês os rumos tomados pela França para manter o domínio sobre a Argélia e o fracasso dos esforços de conciliação irão levar o autor a silenciar-se sobre o tema em 1958.

Para além da recusa a sujeição colonial, havia aqueles autores que levavam a questão mais adiante, tais como Franz Fanon e Aimé Césaire. As relações entre colonizador e colonizado será uma temática em voga na época em que Franz Fanon elabora suas reflexões no livro *Pele negra, máscaras brancas*. O tema também ocupará as reflexões do intelectual tunisiano Albert Memmi em *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, obra polêmica entre os intelectuais franceses voltada a pensar os efeitos do racismo colonial³⁸. Ambos os autores identificam na prática xenófoba uma anulação do colonizado que tornava impossível para ele constituir seu mundo sem se reconhecer na figura do colono. Os problemas existenciais do colonizado e do negro serão aprofundados por Fanon que reconhece que a penúria que alastra

³⁷ YAZBEK, 2010, pág. 48-50.

³⁸ *ibidem*, pág. 59.

sua vida está ligada a uma operação de fixação do olhar do colonizador, o que impediria ao negro experimentar a vida em sua completude e que destroça sua subjetividade. A temática da violência será também um objeto de estudo de Fanon que a enxerga como um instrumento para a guerra de libertação nacional e como um meio para restituir a humanidade do colonizado, assim recuperando a dignidade do homem negro. A violência para esse autor não carece de ambiguidade sendo ao mesmo tempo sintoma e uma cura para a situação colonial, um componente de sua atmosfera que se expressava na sociabilidade dos sujeitos, em suas expressões culturais e nos momentos de mobilização popular.

O poeta da negritude Aimé Césaire ficou marcado pelo seu ensaio *Discurso sobre o colonialismo* onde reflete sobre a natureza da colonização, o processo des-civilizatório que o acompanha e suas raízes entranhadas na cultura burguesa. Esse ensaio representou a posição dos nacionalistas revolucionários e circulou entre eles quase como um “livro vermelho” dos militantes anticolonialistas. Tanto como em Fanon como em Césaire o tema da violência é uma presença constante, ao refletir sobre a colonização esses autores chamavam a atenção para a necessidade de refletir sobre as violências que a acompanham historicamente como, por exemplo, a destruturação das culturas autóctones e em sua proibição, as expropriações que se seguiram desde o século XIX onde se concediam cada vez mais terras aos colonos europeus em detrimento dos nativos africanos; a violência que se perpetuou a partir dos recrutamentos forçados no período das duas grandes guerras e voltados a formação de um exército colonial, que tinha como princípio a manutenção da soberania europeia em território africano; violência também que se expressa nos massacres e extermínios que acompanham a época do primeiro período colonial até as guerras por independência; e a violência introjetada na mente do colonizado. A situação colonial aparecia para Fanon e Césaire como uma forma de dominação total, quase que como um estado de guerra permanente onde o republicanismo e civilização são meros subterfúgios para a instalação e perpetuação da barbárie, permitida e justificada com base nos critérios de superioridade racial. Viver em um território sob governo colonial das potências liberais europeias era estar de antemão excluído da soberania que garantia na metrópole o pleno exercício dos direitos políticos, calcados na ideia de liberdade e republicanismo, esses valores tinham fronteiras bem delimitadas para a sua vigência e que o próprio parlamento da metrópole demonstrava indisposição para sua expansão. A atuação das companhias privadas, por exemplo, possuía limites bem frouxos, sendo sua única exigência o cumprimento dos encargos coloniais e sua única forma de sanção a perda do território concessionado, algumas dessas companhias eram livres para montar seus exércitos e se utilizar

das técnicas que preferissem para o fazê-lo, assim como para conseguir explorar os recursos naturais da região e obter mão-de-obra.

Césaire possui insights bem interessantes sobre as consequências da dominação colonial, em determinado momento o autor chama atenção ao fato dessas consequências não se limitarem ao interior dos territórios coloniais em África ou regiões da Ásia, pois as nações que comandam o empreendimento colonial também se veem afetadas pela forma de governo que fazem valer nas colônias. Para o autor, a violência perpetrada aos povos coloniais sem qualquer restrição engendra um cinismo no seio das nações europeias quanto ao assassinato e ao extermínio em nome dos objetivos de suas nações. Nesse sentido, o poeta martinicano aponta como a violência colonial está ligada a violência perpetrada em solo europeu a partir das experiências do fascismo e do nazismo³⁹. Ao sancionar a morte de povos considerados racialmente inferiores, como é o caso do prolongado processo de colonização europeia, construiu-se um ambiente em que se tornou possível postular tal sentença em nome da proteção da raça e da expansão das capacidades de sua nação passando por cima dos próprios brancos que fossem considerados prejudiciais a essa mesma expansão. O colonialismo descrito por Césaire produz, não apenas a des-civilização do mundo colonial, como também em solo europeu.

Os autores Aimé Césaire e Franz Fanon mostram-se como autores titulares de várias reflexões que ainda permanecem atuais, seja em seus apontamentos sobre a distribuição desigual de misérias entre os povos, seja em sua potente crítica ao racismo que compõem as relações de poder em nossa sociedade. Ambos os autores se apresentam como fundamentais e incontornáveis no entendimento de conflitos que nos atravessam de forma silenciosa e que nos formam enquanto sujeitos históricos. Reter aspectos de suas potencialidades transformadoras, de sua radicalidade se faz fundamental. Há que pensarmos com e contra esses autores – como afirma Achille Mbembe –, aplicar-lhes o mesmo método que lhes era tão caro na tentativa de digerir o mundo, de golpear com tamanha força e virulência as estruturas que se voltavam rebaixá-los: uma leitura a contrapelo dos textos e do mundo. Reter a violência que acompanha o pensamento de tais autores é reter o mesmo desejo de restituir o homem a sua dignidade, de construir novos caminhos, abrir novas possibilidades através do pensamento crítico e da luta cotidiana.

³⁹ Fanon também produz apontamentos nesse sentido ao indagar-se "o que é o fascismo se não o colonialismo no seio dos países tradicionalmente colonialistas?" (FANON, 1982, pág. 106) ao se referir a uma espécie de stormtrooper formada pelos colonos franceses na Argélia sob autorização do governo francês.

4. Sobre o racismo: diálogos em duas vozes a partir de Michel Foucault e Achille Mbembe.

4.2. Biopolítica e o racismo como dispositivo de poder.

Nessa sessão buscamos expor a forma que o conceito de racismo aparece na obra de Michel Foucault. Seleccionamos aqui duas obras da década de 1970, o curso *Em defesa da sociedade* e o livro *História da sexualidade*, ambos abordam o racismo através da temática do biopoder/biopolítica dimensionando-o como um dispositivo de poder, ou seja, um ponto estratégico que permite o seu exercício em uma determinada correlação de forças. Abordaremos, primeiro, o conceito de biopolítica sem o qual não podemos entender a abordagem de Foucault sobre o racismo, para em seguida tratar do funcionamento do racismo como um dispositivo de poder.

Na explicação desse primeiro conceito nos serviremos de usamos como textos auxiliares outros de seus escritos como as publicações póstumas: *Segurança, Território, População* (2008) e *Nascimento da biopolítica* (2008). Mesmo esses escritos não abordando o tema do a racismo, diferentemente daqueles dois citados no parágrafo anterior, são úteis para oferecer ao leitor um apanhado geral sobre o que o autor se refere ao falar de biopolítica⁴⁰.

Nesse momento ressaltamos dois pontos: primeiro, que nossa escolha por abordar os conceitos aqui apresentados através de diferentes obras se faz como um esforço para lidar com a dispersão com que eles se apresentam na obra de Foucault e como uma tentativa de oferecer um olhar mais amplo e geral do que eles consistem; segundo ponto que ressaltamos é que, apesar da dispersão das temáticas selecionadas – o racismo e a biopolítica – e o fato de aparecerem a partir de análises de objetos diferentes, o que sugere caminhos explicativos, apontamentos e abordagens diferenciadas entre as obras, essas diferentes aparições do racismo e da biopolítica pouco se opõem entre si, sendo sua natureza específica e complementar, fruto de aprofundamentos na abordagem das temáticas que acompanham o autor ou mudanças nos objetos de pertinência que por vezes retomam temas já abordados através de um outro olhar.

Em detrimento dessa dispersão, buscamos aqui discernir uma coerência na teoria foucaultiana que unifique o nosso entendimento tanto sobre o racismo como sobre o biopoder,

⁴⁰ Empreendimento talvez inglório, pois o próprio autor se recusava por vezes a fazê-lo.

sendo o que nos resta traçar algumas linhas de contato entre o que foi dado continuidade pelo autor e o que foi abandonado a fim de cumprir esse objetivo.

4.1.1. Sobre a Biopolítica.

As obras de Foucault têm sua peculiaridade pelos diversos objetos que se ocupou durante sua trajetória, obras que vão desde as histórias sobre a loucura e a sexualidade aos nascimentos da clínica, da prisão e da biopolítica. A partir dos anos 1970 a produção desse autor ganha novos contornos distanciando-se das teses estruturalistas e, segundo Thomas Lemke, mantendo uma aproximação maior com o marxismo⁴¹. Esses anos irão definir a obra de Foucault a partir de um objeto que o tornarão conhecido por décadas após o seu falecimento, nos referimos aqui ao *poder*. É possível identificar essa “virada” nas análises do autor tendo como início o curso ministrado no Collège de France em 1975-76, pois é a partir desses escritos que podemos notar o interesse do autor senão de montar uma teoria do poder, mas de produzir formulações que o tornem discernível em uma análise. A partir desse período os temas de atenção de Foucault seguem em duas direções que vão dando contorno e complexidade a sua analítica do poder: o primeiro deles é dedicado a uma análise genealógica sobre o Estado e a segunda direção segue a partir de uma análise genealógica do sujeito moderno⁴². O momento de transição, ou melhor, de deslocamento em que a problemática do sujeito (que de uma forma ou de outra sempre esteve presente⁴³) passa a aparecer de uma forma mais detalhada será em seu curso de 1978-79 *Nascimento da biopolítica* onde Foucault realiza um exame das formas modernas de Razão

⁴¹ LEMKE, 2002, pág. 02.

⁴² Entre os estudiosos da obra de Foucault convencionou-se a dividir a obra do autor em três períodos ao qual dedica-se: a sua análise arqueológica, compreendendo o início de suas publicações na década de 1960 reunindo obras como *História da Loucura* e *As palavras e as coisas*; a análise genealógica sobre o poder que abrange publicações como *A vontade de saber* e *Nascimento da biopolítica* referente aos anos 1970; e, por último sua análise genealógica sobre as formas de governo, compreendendo os últimos anos de atuação do autor e da publicação de cursos como *Do governo dos vivos*. As obras de Foucault são sempre revista a partir do momento de sua escrita, seja ela no interesse dos discursos científicos, do funcionamento do poder ou das formas de governo das condutas dos homens. (LEMKE, 2002; PIMENTEL, 2006-7; MACHADO, 2017).

⁴³ Apesar da presença latente, o problema do sujeito no primeiro volume de *História da sexualidade* não estava colocado da mesma forma, sujeito e poder são vistos a partir de uma mesma face complementar, dois termos pertencentes ao mesmo sistema, sua preocupação com os sujeitos nesse momento aparece na medida em que são produtos do poder. O mesmo acontece ainda no curso *Em defesa da sociedade* onde essa preocupação não recebe nenhuma atenção em sua analítica do poder, na dinâmica entre reapropriação e apropriação entre aqueles que batalham. É a partir da inserção em suas análises da noção de governo, enquanto um termo que está entre o Estado e o sujeito, que ideia presente já em outras obras de que *onde há poder há resistência* ganha um novo sentido. O poder passa a ser caracterizado agora pela ideia de governo, ou seja, de condução das condutas de si e dos outros. Com o estudo das tecnologias de si, das formas como os sujeitos recebem aquele poder que incide sobre seus corpos é que vemos o autor postular algo como a incomensurabilidade da vida perante o poder, como nos lembra Judith Revel (2013, pág. 18) oferecendo, portanto, novos olhares a seus próprios postulados analíticos.

de Estado e esbarra com a problemática do sujeito a partir do *homo oeconomicus* presente no liberalismo.

O ano de 1976 marca a primeira utilização do conceito de biopoder (ou biopolítica) por Foucault para referir-se a uma tecnologia de segurança voltada a gestão das populações que leva em conta suas condições necessárias a vida, que as toma como um corpo biológico e que tem por função maximizar suas forças, torná-las aptas e produtivas através do cuidado. O conceito é utilizado pela primeira vez no *Em defesa da sociedade*, seguido pela aparição em sua publicação no ano seguinte ao término do curso no livro *História da sexualidade vol. I*, e em outros cursos ministrados no Collège de France entre os anos de 1977 e 1979, onde a biopolítica paulatinamente ganha novos contornos, na medida em que o autor põe de lado a escrita de uma “história das tecnologias de segurança” e passa a fazer uma “história da governamentalidade”⁴⁴. Até que, por fim, o conceito é abandonado em detrimento de outros instrumentos de estudo que melhor se adequam as pesquisas realizadas por Foucault nos anos 1980.

Em sua publicação de 1976 a ideia de biopolítica aparece ligada a transformações identificadas pelo autor no exercício do poder soberano, que ao longo da idade média e da época moderna tinha como cerne o gládio, o confisco da riqueza, do tempo, do trabalho ou da vida⁴⁵. Durante esse período temos a existência de um poder que caracterizado essencialmente pelo direito de morte, expresso pela capacidade de exercê-lo àqueles que lhe estão sujeitados. O soberano dispõe da vida de seus súditos na medida em que esses podem ser mortos, pois dispor da vida de outrem só é possível porque se pode matá-lo ou, ao conter seu poder de gládio, deixá-lo viver⁴⁶. Ao longo da época clássica (que compreende para Foucault os séculos XVII-XVIII) esse poder que marca seu direito sobre a vida pela morte que tem condições de exigir⁴⁷ passa a ser uma dentre outras formas do seu exercício, pois sua função principal agora é o *fazer viver*⁴⁸.

No curso de 1977 *Segurança, Território, População* esse novo exercício do poder que surge no final da época moderna ganha contornos mais precisos na análise de Foucault através da noção de tecnologias de segurança, governo e Razão de Estado a partir dos quais Foucault liga a biopolítica, a gestão da vida e da população a uma forma de governo de tipo liberal surgido

⁴⁴ SENELLART. 2008, pág. 496.

⁴⁵ FOUCAULT. 2019, pág. 146.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ FOUCAULT. 2019, pág. 149; FOUCAULT. 2018, pág. 207-8.

na contemporaneidade. Em *Nascimento da biopolítica* Foucault sugere inserir essa técnica de administração das populações no quadro mais geral do que é o liberalismo⁴⁹ enquanto uma racionalidade de governo que surge no séc. XVIII, dando continuidade as reflexões esboçadas no curso anterior. Nesse sentido, para empreender uma análise da biopolítica, portanto, seria necessário primeiro compreender o que é esse regime governamental liberal⁵⁰.

Em todos esses casos citados acima o regime de biopoder para Foucault surge a partir de necessidades e transformações que estão ocorrendo nas sociedades europeias oitocentistas, transformações que, segundo Leomir Hilário, levam a uma nova formação social⁵¹ marcada pela produção incessante de mercadorias, onde o corpo dócil e produtivo desempenha um papel fundamental aos esquemas de produção de mais-valor. O poder soberano que havia marcado as sociedades feudais na época moderna passa a ser inoperante ante a explosão demográfica e a industrialização⁵², cedendo lugar a essa economia de biopoder voltado a maximização das forças de uma população, ao dever de ordenar a vida, geri-la em nome da proteção do corpo social, da sua sobrevivência e da raça. No regime de biopoder os que lhes são sujeitados não aparecem simplesmente como sujeitos de direito, mas como uma população⁵³ cuja existência é percebida através do olhar da biologia, sendo, portanto, uma existência biológica que está sujeita a um número de perigos tais como as epidemias e que necessita de um ambiente ótimo para se desenvolver.

Foucault descreve essencialmente que a partir do séc. XVIII surge como problemática para os saberes e para o Estado o problema da população, esse novo personagem que a teoria jurídica e a prática disciplinar desconheciam⁵⁴, composta por múltiplas corporeidades, ligada diretamente ao poderio do Estado, ao seu enriquecimento, sendo o dever dessa instituição observá-la em seus fenômenos específicos. A biopolítica, enquanto um conjunto de processos⁵⁵ caracterizados pela medição e regulação, que abrange não apenas a prática do Estado como também instituições subestatais⁵⁶, procura intervir não nos fenômenos individuais, como a prática disciplinar, pois é exercida no nível global, atua de forma mais geral, interessando-se pelos indivíduos na medida em que fazem parte de um conjunto que se vê afetado por eles e

⁴⁹ FOUCAULT. 2008, pág. 30.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ HILÁRIO. 2016, pág. 05.

⁵² FOUCAULT. 2018, pág. 210.

⁵³ FOUCAULT. 2008, pág. 30.

⁵⁴ FOUCAULT. 2018, pág. 206.

⁵⁵ Ibidem, pág. 204.

⁵⁶ Ibidem, pág. 210.

vice-versa. A esfera de intervenção da biopolítica será os acontecimentos mais ou menos espontâneos, de afetação do espaço público e de impedimentos as cadeias produtivas, buscando sempre um estado de estabilidade, de homeostase, fornecendo compensações e assegurando um equilíbrio com relação aos perigos internos a própria população a fim de assegurar um estado de vida ótimo⁵⁷.

Enquanto um problema político e econômico, a população passa a ser alvo de intervenção de saberes variados como a economia, a demografia e a medicina, tornando-se objeto de escrutínio em suas relações entre os seus componentes e destes com seus meios de existência, sejam eles a própria cidade ou o trabalho. É a partir dessas funções de intervenção e vigilância que passam a ser observadas uma série de fenômenos que dizem respeito a vida dos indivíduos em conjunto como, por exemplo, as taxas de natalidade ou morbidade em seu aumento ou decréscimo, assim como as doenças que corroem sorrateiramente a vida da população e diminuem seu vigor, será alvo de atenção também outros problemas universais que põe os indivíduos fora dos circuitos produtivos ao longo do tempo como a velhice, a ela será direcionada medidas de assistência, por vezes vinculadas a igreja, ou realizadas de formas mais sutis como as previdências e os seguros⁵⁸. As cidades em seu processo de urbanização passam a ser igualmente alvo de observação no regime de biopoder, dando atenção a composição geográfica dos meios que habitam os indivíduos, o clima, a hidrográfica, os níveis sanitários das residências e seus entornos⁵⁹.

Já os fenômenos ligados a reprodução e os perigos que podem trazer ao conjunto serão alvo do saber médico, nesse campo de intervenção o sexo⁶⁰ será um domínio privilegiado em sua capacidade de provocar ou reproduzir problemas como das perversões, as extravagâncias e anulações sexuais. Tais perigos ligados a prática sexual são postos como urgências à higiene pública, sendo a medicina o campo detentor do saber para lidar com essas urgências e barrar seus efeitos negativos sobre o conjunto da população, sua intervenção será feita através de organismos de centralização de informações, normalização do saber, assim como campanhas visando a higiene pública e a medicalização da população. Entre a articulação de um saber, que tem por objeto a população, e um Estado, que tem por dever a regulação, é que se constitui

⁵⁷ Ibidem, pág. 207,209.

⁵⁸ Ibidem, pág. 205.

⁵⁹ Ibidem, pág. 206.

⁶⁰ O sexo passa a ser alvo de atenção da medicina na medida em que enxergava a sexualidade como capaz de provocar efeitos sobre o corpo do indivíduo (através da masturbação precoce e em excesso, por exemplo), assim como na população (através da devassidão sexual e a hereditariedade das doenças). O sexo aparecia como o elemento articulador entre dois polos: o corpo-indivíduo e o corpo-população. (FOUCAULT. 2018, pág. 212).

uma medicina dedicada a servir as necessidades da lei e da opinião dominante, colocada a servir aos imperativos de uma moral conservadora guiada pelos grandes mitos evolucionistas a partir das grandes instituições de saúde pública, voltados a barrar os portadores de taras e a degenerescência da população em nome da pureza dos corpos⁶¹. A medicina esbarra na população enquanto objeto através da preocupação pautada no imperativo de higiene pública e da existência de uma urgência biológica a ser tratada.

O surgimento do biopoder, portanto, está ligado a uma conjuntura específica da Europa e suas transformações históricas que ocorrem no final da época moderna, tais como a dissolução do Antigo Regime, o surgimento dos grandes Estados burgueses, o desenvolvimento técnico e científico, a expansão de um determinado sistema econômico, o processo de industrialização e seus problemas correlatos tais como a necessidade de mão-de-obra, excesso de população urbana provocado pelo êxodo rural, a existência de um exército industrial de reserva, ensejando questões relacionadas a higiene dos espaços públicos e das habitações, a inserção dos indivíduos em um novo regime de trabalho etc. O biopoder, portanto, está ligado a construção das sociedades burguesas, ao desenvolvimento do capitalismo industrial e aos regimes de poder-saber a ela articulados, bem como o desenvolvimento de instituições legais e médicas voltando-se a regulação do problema político, biológico e científico nascente em nossa contemporaneidade que é a população⁶² através do imperativo de proteção do corpo social. Em síntese, essa técnica de poder de tipo securitário tem por função a regulação espacial e a conformação dos sujeitos a uma determinada economia do poder e a um novo regime de trabalho, sua existência é indissociável dos saberes utilizados nesse processo de conformação e instituição da norma. Falar sobre a biopolítica é falar sobre essa nova economia de poder e saber nascente no séc. XVIII voltado à maximização das forças produtivas, à gestão da vida e seu fomento, em suma, ao *fazer viver*.

4.1.2. **Sobre o racismo.**

As considerações de Foucault, sobre o surgimento do biopoder e da biopolítica, pouco divergem em suas apresentações realizadas na segunda metade dos anos 1970. Contudo, há um conceito central que devemos ainda abordar relacionado a biopolítica/biopoder. Sua aparição nos textos selecionados do autor possui algumas divergências, mas o seu cerne, suas

⁶¹ FOUCAULT. 2019, pág. 59-60.

⁶² FOUCAULT. 2018, pág. 206.

características fundamentais enquanto um elemento que participa da dinâmica do poder tal qual Foucault a descreve a partir do modelo do enfrentamento e da estratégia, permanece o mesmo. O conceito que nos referimos aqui é o racismo entendido por Foucault como um *dispositivo* ou *técnica de poder*, ou seja, um alicerce, um instrumento que permite, em determinadas circunstâncias, seu exercício através da produção de saber, autorizando práticas e tornando-as funcionais às relações de poder. Como descreve o autor: o racismo em sua forma moderna “[...] não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder”, pois enquanto uma tecnologia do poder, torna-se um “mecanismo que permite o biopoder funcionar” e garantir que o Estado possa exercer seu Poder Soberano⁶³.

O racismo é um tema de grande pertinência ao debate e que traz consigo diversas questões sobre a formação da modernidade burguesa, no que concerne a sua produção intelectual ou ideológica, suas racionalidades de governo, suas formas de sociabilidade e dinâmicas econômicas. Historicamente, essas questões vêm sendo levantadas a partir de uma pluralidade de lugares, abrangendo autores com perspectivas políticas e teóricas variadas, muitos desses se situavam no próprio contexto intelectual de Foucault ou nele intervieram de fora como é o caso dos movimentos anticoloniais independentistas presentes na segunda metade do séc. XX, movimentos esses que fizeram repercutir-se no país de nosso filósofo francês com a pressão das armas e da organização popular, contando com boa parte de apoio da população da metrópole, em torno da reivindicação sobre a descolonização da Argélia que era até os anos de 1962 reconhecida como propriedade francesa, reconhecimento esse que, no entanto, não concedia a seus habitantes qualquer gozo do estatuto de dignidade e político de serem cidadãos franceses de fato, sendo relegados à situação de cidadãos de segunda classe. O movimento independentista argelino – como tantos outros movimentos, seja ele de cunho revolucionário ou a partir de outras formas de organização por emancipação comuns as diversas partes do mundo como nos EUA e América Latina, até a Ásia – colocavam em causa o racismo europeu contra os povos colonizados.

Em nosso pequeno levantamento bibliográfico notamos que o tema do racismo aparece de forma periférica em Foucault sempre subordinados a objetos de maior destaque em suas pesquisas, não sendo possível encontrar um delongamento sobre a questão, mesmo em títulos publicados que abordam diretamente a biopolítica, tema que está substancialmente atrelado as discussões do autor sobre racismo. As discussões feitas por esse autor que tangenciam o

⁶³ Ibidem, pág. 217.

racismo se distanciam dos debates levantados por autores que tiveram repercussão em sua época como Franz Fanon ou Aimé Césaire no que diz respeito a centralidade das relações desiguais produzidas a partir do colonialismo e que tinha o racismo como uma de suas justificações centrais. Essas discussões, que possuem sua especificidade, não são de todo antagônicas com alguns insights de Foucault sobre a razão governamental posta em prática pelos Estados liberais europeus durante o processo de formação da economia capitalista e expansão colonial, bem como aquelas reflexões que conferem ao racismo um lugar fundamental para se pensar a construção dos Estados modernos. Apesar da temática da biopolítica ocupar os textos de Foucault na segunda metade dos anos 1970, como podemos ver a partir dos três cursos ministrados no Collège de France entre os anos de 1975-79 que já fizemos referência, a temática do racismo é deixada de lado nos escritos sobre biopolítica posteriores a 1976, como é o caso nos cursos *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica*.

O racismo adquire funcionalidade dentro da economia do biopoder, pois garante as funções de morte do poder soberano, o direito sobre a vida do qual falávamos na introdução sobre biopolítica que vinha a caracterizar as sociedades feudais. Essa funcionalidade aparece sob as análises do autor a partir de dois conceitos: o de racismo de Estado e tecnologia de poder⁶⁴. O primeiro desses conceitos diz respeito a uma expressão histórica do entrelaçamento dos Estados modernos com o racismo nessa nova economia de biopoder, sendo sua expressão máxima produzida pelo terceiro Reich na Alemanha nazista a partir de seu projeto de extermínio e salvaguarda da pureza racial, o que mobilizou, junto com todo um imaginário mítico, uma série de mecanismos de poder postos em práticas na Europa desde o séc. XIX que visavam o controle e a regulação dos corpos, sua vitalidade, higiene, saúde etc. Já o segundo desses conceitos, o racismo enquanto tecnologia de poder, nos remete mais diretamente para a analítica de poder foucaultiana e seu modelo com base nas ideias de estratégia e conflitos que se desenrolam numa determinada correlação de forças, nesse sentido a raça é tomada como um ponto de apoio e disputa dentro dessa mesma correlação, diante dessa nova economia de poder-saber constituída a partir do séc. XVIII, o racismo aparece como um ponto estratégico, um dispositivo de poder utilizado por esse biopoder para garantir seu funcionamento.

Esses dois desdobramentos do racismo na economia do biopoder expressam a dinâmica dessa economia, pois, como afirmamos mais acima, ela se organiza enquanto um conjunto de

⁶⁴ FOUCAULT. 2018, pág. 69; FOUCAULT. 2019, pág. 129, 217.

práticas que não são redutíveis a instituição Estado, vemos igualmente a participação das instituições psiquiátricas, médicas intervirem com efeitos de regulação das populações, embora se interseccionem com o Estado são entes autônomos dentro da economia de poder analisada pelo autor. Para Foucault a discriminação racial em sua forma moderna, ou seja, enquanto uma forma de demarcar indivíduos por meio da raça obedecendo aos critérios biológicos de pureza e perigo, torna-se possível pela formação de duas coisas: 1) um poder que tem como função principal a gestão da vida e sua maximização, a proteção do corpo social dos perigos que se apresentam para a raça e 2) uma medicina que está permeada pelos temas da eugenia, da degenerescência em que o corpo e a espécie que busca salvaguardar são vistas através dos critérios raciais comuns a cultura europeia oitocentista e que agora investidos de uma camada de cientificidade e revestido com um verniz biológico. Os mitos supremacistas de uma cultura europeia conservadora ganham aqui uma nova dimensão a partir do momento em que o racismo aparece articulado às redes do biopoder.

É importante ressaltar que, nesse mesmo curso, Foucault responde ao ser questionado por um aluno do porquê situar a história do racismo no séc. XIX se antes disso encontramos sua expressão no antissemitismo⁶⁵, Foucault o responde dizendo que ao tratar de racismo em seu curso não pretendia fazer uma história desse termo, mas mostrar como um discurso específico torna-se uma tecnologia de poder, é reapropriado e investido por uma nova função, ganhando, portanto, novos contornos que já não é aquele da guerra⁶⁶, mas o da defesa de um patrimônio biológico, a demarcação de um perigo para uma espécie, a normalização do extermínio em nome da proteção e da defesa de uma sociedade. O racismo, portanto, não é algo novo nas sociedades europeias, podendo ser encontrado nas disputas religiosas ou nos conflitos de nacionalidades. No entanto, a clivagem, a fissura produzida pela discriminação nesse contexto é de natureza histórico-política direcionando o conflito e a diferença para as dissimetrias que constituíam a unidade de um povo sob privilégios ou as custas das invasões ou violências⁶⁷. O racismo “existia há muito tempo”⁶⁸, nos diz Foucault, contudo, há que diferenciá-lo através

⁶⁵ FOUCAULT. 2018, pág. 73.

⁶⁶ O discurso do qual Foucault trata nesse momento é denominado pelo autor como *discurso sobre a guerra das raças* e que é tomado por objeto de investigação durante todo o curso, o conteúdo desse discurso é de denúncia do poder e de análise da sociedade sob o viés da guerra, tomando-a como fundamento da política. A raça nesse discurso aparece como uma forma de descrever antagonismos tais como o antagonismo de classistas e nacionais, é um termo que denota pertencimento e oposição. Ao ser reapropriada pelo poder o discurso sobre a guerra das raças é destituído de seu fundamento belicista e de denúncia do próprio poder. Sendo formulado agora através do viés biologicista para entender os conflitos e passa a ser um instrumento para de defesa do poder. (FOUCAULT. 2018, pág. 68).

⁶⁷ Ibidem, pág. 65.

⁶⁸ Ibidem, pág. 214.

dessas clivagens que, em nossa contemporaneidade, aparece atrelado à biologia, às teorias darwinistas e ao funcionamento do biopoder. A clivagem estabelecida através da raça adquire nesse momento um caráter biológico, selecionando na população de um Estado aqueles que devem morrer e aqueles que devem viver. É a partir do racismo que se torna possível fragmentar o corpo social e, ao mesmo tempo, garantir uma relação positiva com a morte, pois será essa morte a garantia do fortalecimento da vida, sua possibilidade de tornar-se mais potente e sadia⁶⁹.

As funções de morte relegadas ao racismo, enquanto uma tecnologia de poder, aparecem nas duas obras em que se menciona o termo racismo de Estado. No curso ministrado em 1975 essa relação do Estado com o racismo aparece a partir de uma apropriação, da tomada de um discurso que outrora lhe era dirigido como denúncia, um discurso essencialmente contra o poder, a sociedade e o Estado proferido pelas aristocracias europeias e pelos movimentos de insurreição populares na denúncia das injustiças do poder. Esse discurso, que possui uma faceta múltipla, inicialmente não tem um caráter racista, biologizante, a raça aparece nele como uma forma de marcar um antagonismo entre grupos expressos por uma ideia nacional bastante primitiva que pode ser encontrada nas disputas étnicas da própria Europa. É um discurso também de viés revolucionário acompanhando alguns intelectuais na França revolucionária como teóricos do Terceiro Estado e aqueles que posteriormente se utilizaram da dialética hegeliana para montar a noção de luta de classes onde o elemento da raça é suprimido em detrimento de antagonismos relegados às posições ocupadas dentro de um determinado modo de produção. De toda forma, Foucault nos mostra que esse discurso sobre a guerra das raças, a partir de determinado momento, é colonizado pelo poder, seu conteúdo ganha novas formas e sua função já não é aquela de insurreição, mas de pôr em prática sua defesa, já não fala mais de antagonismos entre estrangeiros, mas dos perigos apresentados pelos sub-indivíduos presentes entre a própria raça. Essa defesa da sociedade se entrelaça com os temas do darwinismo social e da degenerescência.

É interessante notar que, ao pensar essa colonização do discurso da guerra das raças pelo poder, através de um viés estratégico, Foucault descreve esse movimento como algo contrarrevolucionário, um movimento feito diretamente contra aos instrumentos das camadas insurgentes para atacar o Estado e o regime de poder. Foucault flerta com a ideia da utilização do racismo na defesa do Estado como uma arma da burguesia para salvaguardar sua dominação

⁶⁹ FOUCAULT. 2019, pág. 148.

de classe, uma aproximação interessante de uma análise marxista por um autor que é marcado por um incessante debate e distanciamento dessa vertente de pensamento seja de sua prática política ou de sua teoria. Vemos aqui nas entrelinhas um vislumbre da luta de classes que acompanha as análises empreendidas por Foucault sobre uma determinada economia de poder. Não obstante, há de constatar-mos que essa análise sobre a transformação do discurso da guerra das raças não é tão aprofundada pelo autor, mesmo sua colocação estratégica passa por uma explicação em alto nível de abstração, não demonstrando alguns pormenores de sua tese. Claro, Foucault não exclui a existência da luta de classes, mas seria insuficiente colocá-la como motivo para tal transformação a qual o autor se dedica a abordar em algumas passagens. Talvez as passagens abruptas que marcam sua análise sobre a transformação do discurso sobre a guerra sejam marcas daquilo que o autor busca demonstrar em suas análises: as descontinuidades. De toda forma, o racismo de Estado aparece aqui como uma apropriação de um discurso já existente na cultura europeia e que toma dimensões de normalização dentro de um determinado regime de poder.

Em *História da sexualidade* o racismo aparece através de um regime médico que está articulado com as teorias eugênicas e a perspectiva do darwinismo social, sua função é aquela que já mencionamos: garantir a morte dentro de um regime de poder voltado a maximização da vida. O racismo aparece atrelado a ciência da época que baseia as intervenções sobre os comportamentos sexuais dos indivíduos, a higiene dos meios urbanos, através do controle das sexualidades não normativas, das condutas reprodutivas para efeitos econômicos, míticos até a partir de ideais de pureza racial etc.

Vemos que a ideia que Foucault nos traz sobre o racismo de Estado está atrelada a uma determinada economia do poder, que tem seu surgimento no séc. XIX, que se dá com o desenvolvimento da economia capitalista e das consequências da Revolução Industrial nas sociedades europeias, mas também do desenvolvimento das ciências, tais como a medicina, a psiquiatria voltada a intervenção no corpo e nos comportamentos, bem como ao cuidado com os indivíduos, estando também atreladas a efeitos de normalização dos sujeitos. Esse regime de poder voltado a gestão da vida, que tem como objeto principal a população, se utiliza do racismo como uma tecnologia que possibilita infligir a morte aos indivíduos perigosos dessa mesma população, aqui o perigo, como afirmamos, se entrelaça com os temas da eugenia na defesa de um corpo biológico saudável. A articulação entre o racismo e o Estado aparece nessas duas obras a partir de um viés estratégico, como um elemento anterior a vigência desse regime de poder na cultura europeia que passa a ser colonizado por esse poder para servir à sua

manutenção. Mais do que um esquema de funcionalidade ou causalidade ideológicas temos aqui o postulado que marca as análises do poder feitas por Foucault em meados da década de 1970: os modelos da guerra, estratégia, a sustentação de formas mais gerais de dominação que se alicerçam em micro relações de poder, em formas regionais de dominação, em correlação de forças menores.

4.2.A Modernidade a contrapelo.

As reflexões de Achille Mbembe tornaram-se bastante populares no Brasil pelo seu ensaio publicado originalmente em 2003 na revista *Public Culture* sob o título de *Necropolítica* onde estabelece um debate a partir do arcabouço foucaultiano da biopolítica confrontando-o com a experiência negra sob a escravização e o tráfico atlântico, assim como a experiência daqueles que sobrevivem hoje sob práticas coloniais de depredação de um povo. Tal confronto é realizado com o objetivo de repensar termos como soberania, controle dos corpos e a ideia de estado de exceção para determinar quais lugares ocupam em nossa modernidade e o que a experiência negra nos diz sobre eles. As reflexões trazidas nesse pequeno artigo em que o autor define uma modalidade de soberania, comum aos Estados modernos em tempos neoliberais, em que seu exercício é marcado por uma política de morte têm servido aos pensadores antirracistas, militantes do movimento negro e expoentes do pensamento crítico para pensar a vida no capitalismo do séc. XXI e as formas de governo que se estabelecem sob as populações marginalizadas na forma da dominação racial, da precarização, discriminação e extermínio da vida. Sua denúncia do racismo como um mecanismo de poder indelével as sociedades contemporâneas, ofereceu notoriedade a esse filósofo camaronês nos últimos anos e foi responsável pela sua popularização.

Esse autor, ao lado de tantos outros que marcam sua filiação a uma corrente de pensamento um tanto heterogênea como Stuart Hall e Edward Said, é marcado pelo seu trânsito entre os países que um dia foram grandes impérios coloniais – e que de certa forma ainda preservam algo desse período – e as ex-colônias, seus locais de origem, profundamente marcados pelos eventos que datam seu começo ao séc. XVI com as expedições ultramarinas europeias. Essa marca do trânsito concede a esses autores uma visão privilegiada ou ao menos diferenciada sobre seu país de origem, bem como os países que estabeleceram estadia por razões de trabalho na maioria dos casos, sua trajetória os coloca como estrangeiros até mesmo em seus locais de origem, mas de uma forma que não os faz perder a familiaridade com esse lugar que mesmo

distante mantém sua proximidade. Uma consciência formada nos interstícios de nossa modernidade marca os autores dessa corrente de pensamento a que chamamos de *pós-colonialismo*, autores que originários de nações pós-coloniais⁷⁰ e que retomam a tradição intelectual do anticolonialismo, bem como do pós-estruturalismo. São autores provenientes de países periféricos que fizeram carreira acadêmica em países centros do capitalismo, tais como EUA ou Inglaterra.

A trajetória de Mbembe é marcada pela sua experiência em um país de Terceiro Mundo que havia, em sua infância, conquistado sua independência recentemente, sua juventude foi marcada pelo cenário de nacionalismo triunfante e pelos esforços de bloco de poder vigente em preservar o poder através da repressão, da vigência do uni-partidarismo e pelo apagamento da memória da luta contra o poder colonial, onde os grupos armados eram tachados de terroristas – uma forma de desqualificação moral e jurídica a fim de fazer com que o dissenso viesse a ser suprimido e visto negativamente de antemão. As figuras envolvidas na luta por independência eram deixadas de lado pelo Estado, abandonadas ao esquecimento, eram figuras que não se reconhecia a responsabilidade pela sua morte ou qualquer tipo de dívida com seu nome. No entanto, a própria recusa ao sepultamento, a fornecer aos mortos um descanso e um lugar na memória pública, demonstrava o quanto dessas figuras ainda subsistia e carregavam um excesso de significação a qual não se era capaz de abarcar⁷¹. Os Estados do pós-independência, nas palavras de Mbembe, traziam consigo o crânio de um parente morto e a recusa em reconhecê-lo. Essa constatação acompanha suas reflexões e estabelece um vínculo desse autor com seu país natal⁷². Tributário do problema da descolonização que o acompanha como uma inquietação em suas obras. Mbembe mantém também uma relação com a cultura francesa, dado sua estadia e formação em Paris, tal qual figuras como Césaire e Fanon, experimentou uma tradição com um grande contributo a humanidade em termos de filosofia,

⁷⁰ Como destaca Stuart Hall (2003) o termo traz consigo a ambiguidade de descrever tanto uma periodização - um recorte histórico que diz respeito ao momento que sucede o domínio colonial estabelecido pelas potências imperialistas com a conquista das independências do terceiro mundo - quanto um paradigma teórico - que opera a partir de uma nova abordagem para ler eventos históricos tais como a construção da modernidade e o processo de colonização, distanciando-se assim de forma crítica das narrativas tradicionais sobre a modernidade e das correntes nacionalistas que surgiram no bojo dos movimentos de luta pela descolonização, ao mesmo tempo que buscam recuperar narrativas silenciadas pelo colonialismo. O pós-colonialismo tem como objetivo entender as novas relações de poder-saber que os contextos pós-independência ensejam, destacam os vínculos transversais que compõe a cultura não apenas do período pós-independência, mas desde o momento da colonização e como o processo de globalização desencadeia formas de multiculturalismo, de *diférance* que habitam espaços de intersecção e perturbam as noções daquilo que é interior ou exterior a uma cultura. Sua crítica teórica e metodológica traz consigo a interdisciplinaridade e debates sobre a o lugar e a produção de conhecimento – muito influenciada pela virada linguística, como aponta Manuela Ribeiro Sanchez (2005).

⁷¹ MBEMBE. 2014, pág. 37.

⁷² Idem.

arte e estética, mas que carregava também um lado negro sob as vestes da civilização e da razão⁷³. É pelo contato com essa tradição – a qual o autor se reconhece ao mesmo tempo como alguém que está de passagem por esse lugar e herdeiro de seu patrimônio⁷⁴ – que o vemos se apropriar de autores como Michel Foucault. As reflexões desse filósofo francês são notáveis em Mbembe mesmo que de forma implícita. Acrescentando outras referenciais teóricas nosso autor se aprofunda em campos de discussão que nunca foram mapeados por Foucault ou, pelos menos, estavam lá presentes, mas nunca devidamente abordados. A experiência do colonialismo e do tráfico atlântico adquirem centralidade a luz das reflexões sobre *Biopolítica* e *Razão de Estado*. É a partir de Foucault que o autor esboça sua crítica ao liberalismo e ao histórico colonial das democracias burguesas observando como a um determinado sistema econômico que se alastra pelo globo é acompanhado formas de governo que se servem de subsídios raciais para poder governar e tornar possível a exploração econômica nos territórios conquistados e a luz das potências governantes sob o estandarte da civilização e da razão.

O olhar crítico de Mbembe sobre a modernidade é alvo de nosso interesse e o analisamos a partir de duas obras: *Crítica da razão negra* (2019) e *Políticas da inimizade* (2020). Será por intermédio dessas obras que buscaremos destacar a leitura de Achille Mbembe sobre a relação que se estabelece entre a construção das democracias liberais e o seu entrelaçamento com o racismo. Essa relação é construída por Mbembe através do exame histórico que coloca como elementos centrais de sua narrativa a experiência da colonização, a escravidão e racialização dos povos africanos. Ao colocar no centro de sua análise eventos que são fundantes da modernidade, porém marginalizados e alvos de várias formas de silenciamento ou encobrimento, torna-se possível exumar esse obscuro inventário das democracias liberais: violência contra povos não-brancos, submetidos a regimes de exploração máxima em territórios colonizados e que serviram para nutrir a construção e a pujança das civilizações do norte atlântico. A análise histórica, a contrapelo realizada por Mbembe, nos mostra como as democracias modernas são capazes de conviver com práticas iliberais⁷⁵ ou antidemocráticas, tais como a hierarquização da humanidade, a concessão desigual de direitos e o estreitamento da comunidade do Homem e do cidadão⁷⁶, sendo a figura do negro aquela que ocupou esses

⁷³ Ibidem, pág. 41.

⁷⁴ Sobre esse ponto, indaga o autor: “Não afirmou Fanon que nós seremos os herdeiros do mundo, no seu todo?” (MBEMBE. 2013, pág. 41).

⁷⁵ MBEMBE. 2019, pág. 175.

⁷⁶ Ibidem, 148.

espaços de depredação e humanidade sustada tais como no tráfico atlântico e no regime das plantações.

Abordaremos em seguida alguns exemplos ilustrativos dessa relação que procuramos elucidar. Abordaremos o fenômeno da racialização, que acompanha a modernidade através da ideia de *razão negra* e suas relações com os Estados liberais.

4.2.1. **Razão negra, democracia e violência**

Sendo nosso objeto o vínculo das democracias burguesas com o racismo, seguimos o itinerário esboçado por Mbembe que começa no período de expansão europeia e ao que ele chama de *momento gregário do ocidente*, o período de conquista colonial a de produção de toda uma literatura escrita a partir de diversos lugares e autores que tomavam como centro do desenvolvimento histórico do globo a própria Europa, ao mesmo tempo que inseriam outros povos em escalas diferentes de uma linha de desenvolvimento, essa permeada pelos ideais de progresso. Ser inserido nessa dimensão da história europeia era ver-se inserido num esquema de identificação enquanto um povo e ente humano, era ao mesmo tempo ser relegado a uma ontologia que determinava seu presente e futuro, sua possibilidade de viver sob o julgo de outras nações ou dispor de suas próprias potencialidades. Aqui especificamente lidamos, junto com Mbembe, com o desenrolar desse processo de expansão e dominação europeia no continente africano, tendo, portanto, como centralidade a figura do negro como aquele ao qual será submetido ao regime de dominação europeia, tanto simbólica quanto material, ao ser privado de sua liberdade, cultura e autogoverno, bem como forçados ao deslocamento de sua terra natal.

Como bem nos lembra Foucault, uma peculiaridade das técnicas de poder modernas é que seu exercício implica a produção de saber, a formulação de conhecimento para que esse mesmo exercício possa existir. O período de expansão colonial europeia e ocupação dos territórios ultramarinos é acompanhado da incessante produção de textos, ensaios, descrições sobre esses mesmos territórios colonizados e os povos que os habitavam, o grande número de relatos eram possibilitados pelos cronistas e viajantes que municiavam pensadores, filósofos, cientistas que, havendo pisado ou não nos territórios referidos nos textos aos quais tinham acesso, especulavam e se esforçavam por dar conta da existência mesma desses diferentes povos histórica e filosoficamente. Esses pensadores inseriam as diferentes culturas em esquemas de evolução, onde podiam mensurar e comparar diferentes sociedades em suas organizações

econômica, política e social, quanto estabelecer comparações entre seus corpos. O negro aparece como fruto do que poderíamos chamar *a vontade de saber* das sociedades norte atlânticas que participavam da corrida colonial, esse significante é fruto desse momento do pensamento europeu, de construção de uma história global e inserção das diferentes sociedades em graus variados de humanidade. Esse *momento gregário do pensamento ocidental*⁷⁷, como define Mbembe, tem em seu cerne o paradoxo de ser fruto de uma expansão propiciada pela corrida econômica entre os Estados europeus e, ao mesmo tempo, de ter como característica uma certa *clausura de espírito*, uma espécie de encurtamento quanto as possibilidades de conhecimento da diferença.

A vontade de conhecer se imiscui aqui com a vontade de domínio, a produção do vasto conhecimento sobre os povos colonizados não está imune das relações de poder produzidas pelo imperialismo, o conhecimento produzido aqui, mesmo em sua expressão mais ingênua de deleito intelectual realizado por colecionadores e antiquários, participa da dinâmica imperialista e do exercício de governo sobre outros povos, onde o governo requisita conhecimento e onde esse mesmo saber tem suas funções de possibilitar o governo.

No que diz respeito a África vemos formar-se todo um arcabouço que a torna inteligível aos olhos dos europeus, a coerência desses textos forma uma espécie de *arquivo colonial* ao qual Mbembe dá o nome de *razão negra (raison nègre)*. Esse arquivo tem como função a produção de sujeitos raciais, caracterizar sua diferença e suas condições de emergência. Esse arquivo reúne fontes egípcias e árabes que remetem a antiguidade, tendo o seu ápice com os cronistas no momento de colonização europeia⁷⁸. É dele que se retira subsídios para montar discursos que, embora possuam sua preocupação com a verdade e a verossimilhança, têm características de fabular sobre seu objeto, urdir histórias em que a linha entre o factual e o maravilhoso se vê borrada pela produção de um conhecimento que tem como objetivo a captura e tornar possível a desqualificação a partir do grotesco, ao relegar o sujeito a proximidade com a falta, o vazio, a animalidade e a servidão. A esse aspecto de domínio, de trabalho cotidiano calcado na repetição e na invenção, construído a partir do arquivo que é a razão negra, Mbembe dá o nome de *consciência ocidental do negro*⁷⁹.

⁷⁷ ibidem, pág. 40-1.

⁷⁸ ibidem, pág. 60-1.

⁷⁹ idem.

A razão negra remete a um diferendo sobre o negro⁸⁰, conseqüentemente sobre a própria humanidade, a quem é concedido esse título de pertença, a quais povos deve-se conceder esse reconhecimento. Pela própria possibilidade de concessão e de negação podemos ver que ser humano ganha aqui uma dimensão prática que não se resume a uma titularidade ontológica compartilhada de antemão, mas a uma propriedade requisitada pelos detentores do poder. Nesse caso o poder assume sua dimensão concreta nas relações imperialistas e coloniais da época moderna europeia. O estatuto de ser humano formulado com a estruturação da sociedade burguesa é de antemão um estatuto desigual, tornado como tal pelas práticas de desumanização da escravidão e do tráfico, pela inserção forçada em regimes de exploração em que a vida torna-se menos que nada, podendo ser, portanto, instrumentalizada e degradada moralmente, sendo sua possibilidade de sentido apenas tornada possível pelo seu uso como força produtiva, braço para pôr a produção a prumo e/ou mercadoria para ser posta em circulação⁸¹.

Essa forma de vida, incutida na penúria, produzida pela prática escravista e pelo tráfico atlântico, pode se acomodar aos ideais revolucionários burgueses que se pautavam na racionalidade e valorização do Homem. Essa acomodação sobreviveu a Revolução Francesa quanto a Revolução Americana. Como afirma Mbembe, parafraseando Dubois, os EUA constituíram-se como uma democracia escravista⁸² durante o séc. XIX onde conciliava os princípios democráticos com atividades desumanizadoras, como a posse e o domínio de um ser humano. Enquanto uma democracia escravista, a sociedade estadunidense cindia-se em duas ordens distintas, incomunicáveis e intransponíveis, uma delas sendo a comunidade dos semelhantes e a outra a comunidade dos sem-parte. A primeira era guiada pela igualdade e pela partilha entre os brancos cuja revolução representou a expansão de suas liberdades, já a segunda era composta por indivíduos negros e indígenas que experienciavam a morte social e a destituição cívica, cuja exploração era justificada por características relativas à sua suposta natureza. Aqueles inseridos na comunidade dos sem-partes eram imbuídos de todo um trabalho legislativo, responsável por privá-los de privilégios e direitos enquanto cidadãos, condição de privação essa que viam estender-se aos seus descendentes. Não sendo cidadãos de comum direito não podiam recorrer a tribunais para reclamar suas injúrias ou reivindicar o direito à propriedade de pedaços de terra.

⁸⁰ ibidem, pág. 66.

⁸¹

⁸² MBEMBE. 2020, pág. 38.

Como podemos ver as análises de Mbembe realizam algumas pequenas considerações abrangendo um período extenso que poderíamos situar do séc. XVI ao séc. XIX e que tem como delimitação a compreensão do fenômeno da racialização a partir do negro e da África. O processo de racialização do mundo alavancado pela modernidade pode ser abordado em diferentes dimensões e possui consequências variadas relativas ao tempo e o lugar com o qual estamos lidando. No que se refere a África, a racialização pode ser vista através da manufatura desse arquivo que nos referimos como razão negra, um arquivo que coloca em questão o negro e sua humanidade. A esse acúmulo de textos, devemos ressaltar brevemente, não passa ileso sem respostas. Ao racismo que a partir dele se formula respondiam os expoentes do pensamento negro, desde o séc. XIX reivindicando sua dignidade enquanto parte integrante da humanidade na mesma medida em que denunciavam o racismo⁸³.

A racialização, portanto, está ligada tanto a produção de saber dentro do pensamento europeu desde o renascimento, passando pela disciplinarização dos saberes e fundação das ciências modernas, bem como a expansão do capital posta em curso com as colonizações e o processo de acumulação primitiva em territórios sob ocupação. A raça torna-se uma categoria do saber europeu, como também um instrumento de domínio e governo que possibilitou o acúmulo de capital pelos estados do norte atlântico e justificando a prática do tráfico negreiro e a escravização dos povos africanos.

Tal possibilidade é construída a partir da destituição cívica dos escravizados, bem como sua morte social. A privação de direitos e a incapacitação jurídica foram algumas das condições necessárias para a diferenciação e a normalização da condição negra – ou seja para a produção de sujeitos raciais e os vínculos de subordinação indeterminados – dentro dos regimes de plantação no caribe e nas américas. A promoção das hierarquias raciais, nesse ponto, tinha um papel importante na produção da diferença entre os indivíduos. Nos EUA a racialização da servidão serviu a promoção da diferença entre aqueles que partilhavam da mesma condição, mas possuíam identificadores raciais dispares. Até 1620-40, as formas de trabalho escravo coexistiam com o trabalho livre e as formas de servidão. Os servos constituíam uma classe multirracial com suas divisões de classe, mas foi entre 1630-80 que a servidão passa a ser relegada cada vez mais as pessoas de origem africana, criando uma distinção entre os servos

⁸³ Essa resposta Mbembe que retoma o arquivo da razão negra, Mbembe denomina de *consciência negra do negro*. Essa consciência é formada menos a partir da designação exterior do que por um gesto de autodeterminação e constatação da própria identidade, ela responde a indagação "quem sou eu" e busca fundar um novo arquivo para a sua história marcada pela fragmentação e pela dispersão. Essa *consciência negra* tem o caráter ao mesmo tempo restaurador e fundador da tradição e da comunidade. (pág. 64-5).

brancos e os escravos negros. A servidão perpétua passa gradativamente a corresponder então as pessoas de origem africana⁸⁴. Essas diferenciações dentro da própria categoria dos servos também ocorriam pela distribuição desigual de armas, a concessão de privilégios e o banimento de casamentos interraciais. Tais diferenciações tornam-se funcionais a manutenção do regime de exploração na medida em que constroem mais um obstáculo para a organização de revoltas e rebeliões. A raça, nesse contexto, fornecia um marcador social para a dispensabilidade da vida, pois sendo essa vida menos que nada não havia por que relutar em submetê-la aos regimes extenuantes de trabalhos forçados. Nos regimes de plantação ela cumpre o papel de propiciar a funcionalidade das cadeias produtivas, de colocá-las em movimento através do trabalho escravo e a extração de mais-valor em benefício do regime de produção vigente.

Enquanto um instrumento de governo, a raça servia aos grandes Estados liberais como um artifício de controle de sua própria população. Retomando a tese de Foucault sobre biopolítica lembramos que devido a função do Estado em cuidar das populações deveria livrá-las dos perigos que se apresentavam em seu entorno, esse perigo é definido pelo cálculo do risco que uma decisão ou uma ação apresenta tanto ao conjunto quanto a liberdade individual. O perigo, nesse sentido, torna-se detectável e mensurável, sendo um dos seus marcadores a raça. O liberalismo, tanto como razão de governo, como doutrina econômica, articula-se com o dispositivo racial para propiciar a acumulação de riqueza, como abordamos nos parágrafos precedentes, como também se utiliza desse dispositivo como um dos reguladores da liberdade. Como mostra Foucault em seu *Nascimento da biopolítica*, apontamentos que Mbembe traz a discussão, a razão liberal preocupa-se em garantir uma moldura, um espaço seguro em que a liberdade possa ser exercida, a partir de um cálculo que tem seu lugar de verificação no mercado onde avalia-se o risco que certas práticas apresentam à liberdade. Portanto, não há razão de governo liberal sem medidas de coerção que possibilitem a liberdade. Como nos lembra Mbembe⁶⁹, tal razão de governo atua a partir de uma relação de produção e destruição da liberdade, nesse sentido o autor nos aponta que um dos mecanismos de regulação dos perigos apresentado a comunidade política da democracia foi o medo, o fomento a uma cultura do medo em que o escravo negro tinha um lugar central⁷⁰.

A cultura do medo aparece como um dos motores do liberalismo⁸⁵, manifestando-se, por exemplo, através do perigo racial: o medo de ser atacado pelo seu escravo, o medo do falo

⁸⁴ MBEMBE. 2019, pág. 44.

⁸⁵ ibidem, pág. 146-7.

negro⁸⁶, o medo ligado a degenerescência da pureza racial. A gestão do medo aparece como uma das contrapartidas da liberdade no regime liberal, um de seus moduladores que permite a manutenção da segurança e da proteção. No entanto, não é apenas como um caldo cultural, mas como parte dos dispositivos de poder utilizados para governar que a articulação entre raça e democracia aparece. Quando apontamos que a raça é um elemento fundante, originário da democracia levamos em conta as considerações de Mbembe quando afirma que as ideias modernas sobre a definição do que é liberdade, igualdade e democracia são formuladas debatendo-se com a realidade da escravização⁸⁷, essas três ideias são inseparáveis da experiência do tráfico atlântico, seja conciliando-as ou estabelecendo distância e incompatibilidade⁸⁸.

Não é possível pensar as democracias simplesmente enquanto comunidades políticas caracterizadas pela domesticação das pulsões, pela internalização das interdições, o apaziguamento dos instintos guerreiros e das transformações das formas de punições. Tal visão não sobrevive ao escrutínio de uma análise histórica superficial⁸⁹. A violência nas sociedades burguesas sempre foi um elemento dissimulado e que recebia níveis de tolerância conforme o espaço em que era praticada. É com a experiência do tráfico atlântico e da colonização que vemos essa violência ser exteriorizada em sua forma mais brutal porque desregulada, desinibida dos cerceamentos éticos, pois era praticada contra indivíduos que não eram vistos como semelhantes ao homem branco. O negro assume aqui um lugar especial, pois foi seu corpo marcado pela raça que o alvo das práticas de desumanização com a escravização ao mesmo tempo foi peça central no regime de produção das *plantations* como força de trabalho, sujeito a máxima extração até o momento que esse corpo-máquina iria se exaurir e perderse seu valor.

No pensamento de Achille Mbembe a articulação da democracia com a violência e a raça aparece não apenas como componentes históricos que tem seu desenvolvimento paralelo num mesmo contexto, mas apresentam-se como elementos fundantes, estruturantes, dessa forma, dessa organização política e como dispositivos de poder⁹⁰ atrelados a essa nova razão de governo de cunho liberal que surge com o regime do capital, sua nova consciência planetária e

⁸⁶ MBEMBE. 2020, pág. 138. Discussão psicanalítica incorporada pelo autor através de Franz Fanon presente em ambos os ensaios tratados aqui.

⁸⁷ MBEMBE. 2019, pág. 148.

⁸⁸ MBEMBE. 2020, pág. 28.

⁸⁹ Ibidem, pág. 38.

⁹⁰ Utilizamos aqui tal qual o autor o léxico foucaultiano.

sua forma de cálculo que o acompanha⁹¹. Essa nova forma de governo está atrelada à raça e à violência, por exemplo, em sua relação com o tráfico de escravos e o regime de *plantation*, ambos, obedecendo à lógica da lei da raça, foram responsáveis por fornecer subsídios materiais para, e proporcionar, a acumulação de riqueza para a construção dessa forma de governo liberal, a escravização e a exploração máxima ao qual eram submetidos os negros deslocados da África aparecem como formas de financiamento⁹² desse regime. Tal qual a *plantation* a colônia aparece como uma das cadeias nodais dessa nova razão de governo⁹³.

As democracias modernas possuem seu inventário obscuro composto pelo tráfico atlântico e pela experiência do colonialismo, é a partir desses fenômenos que analisamos a imbricação entre democracia, violência e raça, pois tais fenômenos nos apresentam o espaço privilegiado onde esse conjunto triangular se apresenta em sua face mais crua. A natureza de tal relação se apresenta a partir da contradição, do alicerce e da instrumentalização, ela é tão necessária quanto contingente. O liberalismo em ambas as formas – enquanto razão de governo e doutrina econômica – incorporam o racismo como um dispositivo que possibilita seu exercício, como uma forma de subjugar, regular e disciplinar os indivíduos, inseri-los em regimes de trabalho e exploração; uma forma de garantir efeitos de hegemonia; assim, uma forma de prover clivagens na sociedade que obedecem a certas lógicas, tanto fomentadas quanto aproveitadas por essa racionalidade liberal, incrustadas na subjetividade dos indivíduos, sendo, portanto, passíveis de modulação. Tais clivagens determinam os lugares de pertencimento, assim como as violências sancionadas, determinam a distribuição no espaço, da riqueza e igualmente da morte – tema já apontado por Foucault em sua ideia de biopolítica em que o racismo aparece como uma forma de garantir a possibilidade do assassinato num regime de governo liberal. Não obstante, Mbembe vai além com essa articulação expondo-a em sua historicidade e complexidade, leva adiante as reflexões foucaultianas para entender a raça como algo multidimensional, em sua natureza autônoma do real – algo que subsistiria, portanto, a superação da sociedade de classes – e como ela se articula a processos irracionais da psique como no inconsciente.

Os temas da raça, democracia e violência são títulos de reflexão desse autor camaronês que se debruça na especulação filosófica, não apenas sobre o ocorrido, mas sobre o futuro desses termos. Em nossa leitura, Mbembe expõe a imbricação desses temas numa construção

⁹¹ MBEMBE. 2019, pág. 145.

⁹² Idem.

⁹³ Ibidem, pág. 146.

argumentativa que não define como certo o seu destino. Como expõe em *Políticas da inimizade*, além de sua capacidade de dissimulação, as democracias liberais são dotadas da capacidade de reformulação de seus fundamentos, de se reorganizarem e estarem abertas aos conflitos. Historicamente dotadas de uma violência latente e de espaços - em seu interior ou extramuros - onde pode ser exercida tal violência, sua capacidade de reinvenção também se mostrou possível de ser acompanhada do abafamento de tais violências. Acredito que nesse ponto as discussões que o autor traça com Fanon ganham pertinência, pois pensar as modalidades de superação das condições de brutalização dos subalternizados é pensar até que ponto é possível as democracias liberais se reinventarem e a partir dessa reinvenção superar os conjuntos vertiginosos que dão azo as condições de desumanização e da barbárie. Em quais empecilhos viria a esbarrar a superação dessa forma de democracia? Superar o brutalismo implica em superar essa mesma forma de organização política que ao longo dos séculos mostrou-se abarcar diversas contradições? Não será tal projeto de superação uma aposta numa possibilidade política vindoura calcada num pessimismo com o presente, tal qual uma aposta – essa dobrada – se firma sobre o liberalismo como possibilidade de uma sociedade mais justa? O diálogo com Mbembe nos leva até aqui e, pensamos, tal como o tratamento dado por esse autor a Foucault, para levar suas reflexões adiante precisamos dar um passo além para pensar as condições em que deve-se colocar hoje a luta por emancipação dos povos.

5. Considerações finais.

Os autores que tratamos como objeto de estudo nesse pequeno texto, Michel Foucault e Achille Mbembe, nos trazem reflexões sobre o racismo fortuitas, tanto em termos metodológicos para compreendê-lo a partir de relações de poder ensejadas, como também a partir de sua dimensão histórica atrelada a constituição das sociedades burguesas. Apesar das perspectivas teóricas distintas, assim como os focos de discussão desses autores, poderíamos colocar como ponto em comum o objetivo de trazer a crítica como um discurso sobre as relações de força que permeiam o presente. Para ambos, o racismo se colocava como ponto central e incontornável nessa abordagem, seja ela voltada as tecnologias de poder, seja exumando os efeitos do colonialismo, salvo as diferentes dimensões que o tema aparece em cada autor – Mbembe concedendo mais espaço a temática do racismo, algo que em Foucault não se apresenta da mesma forma.

As noções como dispositivo de poder nos permitem compreender o racismo como uma categoria que não se resume ao preconceito inserido num imaginário cultural, mas como um elemento mobilizador e passível de utilização para o exercício do poder. Ambos os autores destacam essa característica, nos direcionando para compreender o racismo através de seus efeitos de normalização em determinadas conjunturas onde é necessário a produção da conformidade a uma determinada sociabilidade, assim como as clivagens no tecido social, a produção da diferenciação entre os indivíduos a fim de melhor dominá-los. Tais efeitos de normalização apresentam-se funcionais as dinâmicas econômicas e as relações de poder vigentes.

É interessante notar também que, apesar de Foucault não abordar o tema da mesma forma que Mbembe, sua análise nos traz a relação positiva que se desenvolve entre os Estados modernos, entre as democracias liberais e o racismo. Sua análise nesse ponto não é tão extensiva, assim como não nos traz um referencial de base tal como em suas discussões sobre a psiquiatria, sobre Hobbes ou sobre a razão de Estado europeia. Suas considerações são muito gerais e carecem de abrangência em suas fontes de referência. Ao falar sobre o surgimento dos Estados racistas a experiência colonial europeia passa por pequenas menções, sendo seus exemplos concentrados no terceiro Reich e na URSS, ambos os exemplos são bem interessantes de serem pensados, pois esses Estados aparecem com a culminação ou expressão máxima das tecnologias de normalização, que também estão articuladas ao racismo, que surgem nos séc. XVII-XVIII, como aborda Foucault. Esses exemplos nos chamam atenção, pois ao longo do

séc. XX os exemplos de Estados racistas não são escassos, poderíamos citar a própria Argélia cuja luta para mantê-la sob julgo colonial causou tantos problemas a França, bem como o regime de apartheid na África do Sul. Mencionemos ainda que o século se inicia com a ocupação alemã sob o comando do Kaiser Guilherme II na Namíbia e o genocídio do povo Herero, evento que ficou conhecido como Massacre de Ohmeke datado de 1904. Esse território da África Oriental concedido a Alemanha em 1885⁹⁴ abrangia povos da língua de matriz banto como os Khoiasans, Ovambos, Okavango, Hereros e Namas, seus primeiros conflitos ocorrem em 1903 ocasionados pela disputa de terras conduzidos pelos povos Namas, seguido dos Hereros⁹⁵. A revolta desses povos não passará impune. Como resposta às reações da ocupação alemã, o Kaiser Guilherme II organiza um processo de repressão às insurgências, vindo a derrotar os Herero no ano seguinte, em Hamakari, Waterberg. Os conflitos no sudoeste africano ficaram marcados pelo “grau de violência dos vencedores e pelas mostras evidentes de desprezo pelos vencidos”⁹⁶, não se escondia as ambições de extermínio por parte das forças de ocupação. Os Hereros, encurralados no deserto de Omeke, foram levados à inanição e ao consumo de água envenenada, evento que o professor José Rivair Macedo cunhou de “o primeiro genocídio do século XX”. Segundo o professor, durante o período de ocupação alemã cerca de 75-80% dos Hereros foram mortos.

Eventos como esse marcam as características das ocupações coloniais em sua violência orientada pelos sentimentos de superioridade racial, assinalando que a raça, enquanto um dispositivo de governo, encontra-se bem já nas ocupações coloniais antes de aparecerem junto à razão de estado dos regimes “totalitários” da segunda guerra mundial. O professor José Rivair Macedo aponta que os corpos dos Hereros mortos eram usados para estudos de eugenia: “a Namíbia tornou-se espaço privilegiado para as pesquisas de campo de cientistas adeptos das doutrinas científicas que pressupunham a superioridade branca, interessados em estudar os meios para a preservação da integridade das raças superiores”⁹⁷. Para o professor, a ocupação alemã na África serviu como “um balão de ensaio” para a experiência nazista nos anos 1930, as práticas de segregação e extermínio utilizadas na Namíbia antecipam aquelas que serão usadas no extermínio coletivo dos judeus na Europa.

⁹⁴ Var pág. 15-16 desse trabalho.

⁹⁵ MACEDO, José Rivair, 2015.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

De certa forma, Foucault ao definir que os Estados modernos possuem áreas de governo desigual, consideração expressa a partir de suas abordagens, tanto da biopolítica no racismo de Estado, como na abordagem do conceito de governamentalidade tangencia a tese compartilhada por Mbembe, Rivar e outros intelectuais anticoloniais já citados como Fanon e Césaire ao enxergar na experiência colonial os germes do fascismo europeu. Foucault toca nessa tese ao ver que as tecnologias de poder utilizadas pelos Estados totalitários do séc. XX já estavam dispersos e postos em ação no século precedente, o poder de normalização que ele identifica nas instituições médicas, sua intervenção sob indivíduos que fogem a norma, bem como a regulamentação das populações seguindo os critérios raciais de salvaguarda da pureza, de controle para o impedimento da degenerescência, constituem exemplos de tecnologias de poder que serviram aos racismos de Estado tal qual Foucault aponta no último capítulo de *A vontade de saber* e no *Em defesa da sociedade*. Ressaltamos que, suas reflexões nos deixam a abertura para explorar essa temática, algo que Achille Mbembe realiza com esmero e afinco, a partir de um referencial teórico diversificado que vai além de Foucault, colocando questões que em sua época talvez não fossem tão evidentes, mas que para nós se colocam como fundamentais. É possível falar, a partir de ambos os autores, que o racismo não se apresenta como algo alienígena as democracias liberais, como uma sobrevivência de tempos de outrora ou resquícios da escravidão, mas como um dispositivo de poder, uma categoria produzida continuamente através de meios diversos, sejam eles os discursos jurídicos, médicos ou religiosos que produzem essa clivagem sobre a vida, separando aqueles que importam e aqueles cuja vida pode ser dispensável, operação essa em que a categoria racial nem sempre está nominalmente explícita, mas que, em seus efeitos desiguais sobre a vida, podemos vê-la agir incessantemente quando analisamos seus efeitos de controle ou de penúria distribuída, assim como de contenção ou morte.

Essas reflexões são levadas mais adiantes por Achille Mbembe em seus ensaios filosóficos que, tais como algumas indagações abertas por Foucault, nos convidam ao aprofundamento de seus insights. Os dois autores que abordamos nesse texto se fazem fundamentais para a compreensão do racismo em sua dimensão histórica na modernidade burguesa.

6. Referências bibliográficas.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Éditiones Présence Africaine, 1955. Tradução do francês por Noémia de Sousa.

FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Repensar a política*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Ana Lúcia Paranhos Pessoa; - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. *Em defesa da sociedade*. 3º. Ed - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 9ª edição - RJ/SP, Paz e Terra, 2019.

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEGG, Stephen. *Para além da província europeia: Foucault e o pós-colonialismo*. ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 34, P.259-289, JUL./DEZ. DE 2013.

LEMKE, Thomas. *Foucault, Governmentality, and Critique*. Rethinking Marxism, 14:3, 2002, pp. 49-64, DOI: 10.1080/089356902101242288.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra Histórias e Civilizações: Tomo II (do séc. XIX aos nossos dias)*. EDUFBA; São Paulo, Casa das Áfricas, 2011.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. N-1 edições, 3ª edição maio 2019.

_____. *Políticas da Inimizade*. N-1 edições, 1ª edição novembro 2020.

MEDIEN, Kathryn. *Foucault in Tunisia: The encounter with intolerable power*. The Sociological Review, 2019. The Sociological Review. Article reuse guidelines: sagepub.com/journals-permissions DOI: 10.1177/0038026119870107.

PIMENTEL, Ernesto. *Da microfísica à biopolítica*. ISSN 1981-1225 Dossiê Foucault N. 3 – dezembro 2006/março 2007 Organização: Margareth Rago & Adilton Luís Martins.

REVEL, Judith. *Chapter 2 Foucault and his 'Other': Subjectivation and Displacement*. In: Mezzadra et al. (eds.), *The Biopolitics of Development: Reading Michel Foucault in the Postcolonial Present*, DOI 10.1007/978-81-322-1596-7_2, © Springer India 2013.

SANCHEZ, Manuela Ribeiro (org.). *Deslocalizar a "Europa", Antropologia, arte, Literatura e História na Pós-colonialidade*. Edições Cotovia, Lda., Lisboa, 2005.

STONE, Dan. *Editor's introduction: Postwar Europe as history*. In: *The Oxford Handbook of Postwar European History*. 2012, pág. 1-33, DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199560981.013.0001.

VAISSE, Maurice. *As relações internacionais desde 1945*. Edições 70, tradução de Rosa Carreira. 1995.

YAZBEK, Mustafa. *A revolução argelina*. Direção da série de Emília Viotti da Costa. – São Paulo: Ed. UNESP, 2010.